



CAPEMISA Seguradora de Vida e Previdência S/A
CNPJ: 08.602.745/0001-32

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Clientes, Corretores, Colaboradores e Parceiros.

Submetemos à apreciação de V.Sas. às Demonstrações Financeiras da Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A relativas ao exercício de 2020, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e dos Relatórios dos Auditores Independentes.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, conjugadas com as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

1. Mensagem da Administração

A Capemisa Seguradora é uma Sociedade Anônima fechada especialista em vida, com mais de 60 anos dedicados ao mercado de seguros de vida e previdência complementar aberta.

Em 2020, a Seguradora manteve a estratégia de gerar soluções que criassem valor à sociedade, corretores, parceiros, clientes e colaboradores, alcançando resultados sustentáveis e crescentes, mantendo os valores humanos e sociais como uma diretriz.

Os números demonstram a consolidação de um trabalho de longo prazo elaborado pela Seguradora. A Seguradora manteve foco na melhoria dos seus resultados operacionais, aliando a esse vetor, despesas administrativas controladas para atingir um lucro líquido no exercício de R\$ 52,80 milhões o que equivale a um Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) de 15,92%.

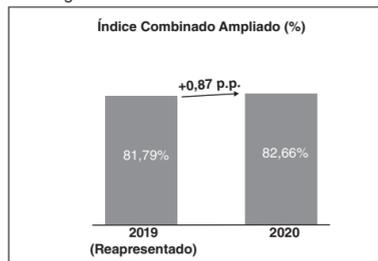
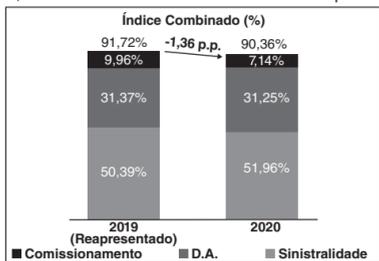
2. Ações Sociais - Lar Fabiano de Cristo

A história de criação da Capemisa é um caso raro no mundo corporativo de uma empresa que surgiu para gerar recursos para o Instituto Capemisa de Ação Social e, assim, apoiar diversas obras sociais, entre elas o Lar Fabiano de Cristo. O projeto foi iniciado em 1958, é reconhecido internacionalmente pela UNESCO e tem como missão desenvolver a proteção social e a educação transformadora, contribuindo para a construção de um mundo melhor.

3. Desempenho

Índices

Em 2020, o Índice Combinado, relação entre as despesas operacionais e a receita oriunda dos prêmios ganhos, teve uma redução de 1,36 p.p. em relação ao exercício de 2019. Essa variação decorre em função da política de controle de custos, da busca por linhas de negócios sustentáveis e foco em soluções para atender as necessidades dos clientes, resultando no crescimento do resultado operacional da Seguradora no exercício.

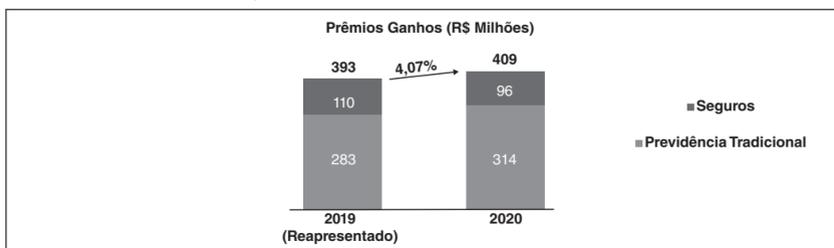


Nota: Foram desprezadas as rubricas relativas as operações com o Consórcio DPVAT.

O Índice Combinado Ampliado teve um acréscimo de 0,87 p.p. impactado pelo desempenho do resultado financeiro.

Prêmios Ganhos

Em 2020, o prêmio ganho foi de R\$ 409 milhões frente a R\$ 393 milhões em 2019, ou seja, uma variação positiva de 4,07%, conforme demonstrado no quadro abaixo:



Nota: Foram desprezadas as rubricas relativas as operações com o Consórcio DPVAT.

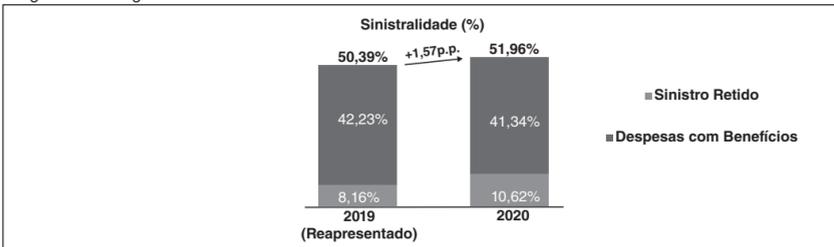
No atual período de pandemia a Capemisa procurou entender as necessidades dos clientes e do mercado, criando soluções para captação de novos consumidores e desenvolvendo um ambiente propício à fidelização dos atuais segurados de modo a atenuar os impactos na sua carteira.

A Capemisa se mantém próxima dos corretores, provendo treinamento e capacitação, além de realizar parcerias com organizações varejistas, como parte de sua estratégia de distribuição.

Nesse contexto, o trabalho de longo prazo que vem sendo realizado pela combinação de produtos e serviços, distribuídos por corretores e parceiros cada vez mais capacitados e presentes em todo o território nacional, fez com que a Seguradora melhorasse seus resultados operacionais, apesar da queda de receita na carteira de seguros, face a pandemia de COVID-19 no ano de 2020.

Sinistralidade

O índice de sinistralidade, razão entre os sinistros retidos e os prêmios ganhos líquidos de resseguro, teve um aumento de 1,57 p.p. em relação ao exercício anterior, tendo como principal vetor de elevação, a sinistralidade média do segmento de seguro de vida.



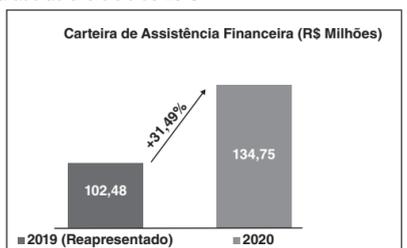
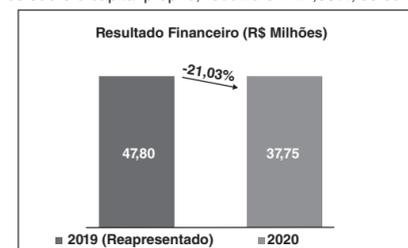
Nota: Foram desprezadas as rubricas relativas as operações com o Consórcio DPVAT.

Resultado Financeiro

Dado o cenário econômico mundial fortemente impactado pela COVID-19, o aumento da incerteza e a queda no produto e emprego refletiram em choques de volatilidade nos ativos de risco e permitiram um ambiente inédito de taxas de juros nominais no patamar de 2% ao ano.

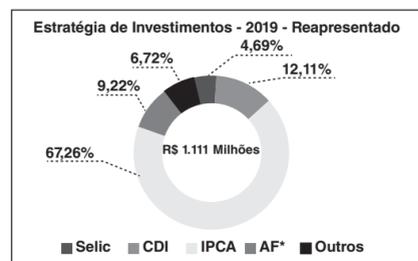
Nesse cenário de aversão ao risco, a Seguradora manteve sua estratégia de ALM iniciada em 2016, com alocação predominante em títulos públicos federais (NTN-B) - ativo esse alinhado com seus compromissos atuariais, o que tende a neutralizar o impacto da flutuação das taxas de juros reais no resultado, uma vez que os ativos se encontram comprados para o longo prazo alinhados com os prazos e indexadores do passivo.

Em contrapartida, a parte da carteira de investimentos alocada em fundos de investimentos e os ativos pós fixados atrelados à SELIC, sofreram queda no rendimento no comparativo com o ano anterior. Além disso, a Seguradora vem incrementando o investimento dos seus ativos livres na modalidade de Assistência Financeira que consiste na concessão de crédito ao cliente titular de um plano de previdência, com cobrança por consignação em folha de pagamento, com melhores condições de taxas de juros do que as ofertadas pelas tradicionais operações de crédito do mercado. Tais aplicações também tiveram redução no rendimento em função das quedas nas taxas de juros praticadas no mercado de crédito consignado. No conjunto dos efeitos, o resultado financeiro, líquido da reversão dos juros sobre o capital próprio, reduziu em 21,03%, se comparado ao exercício de 2019.



Nota: Foram desprezadas as rubricas relativas as operações com o Consórcio DPVAT.

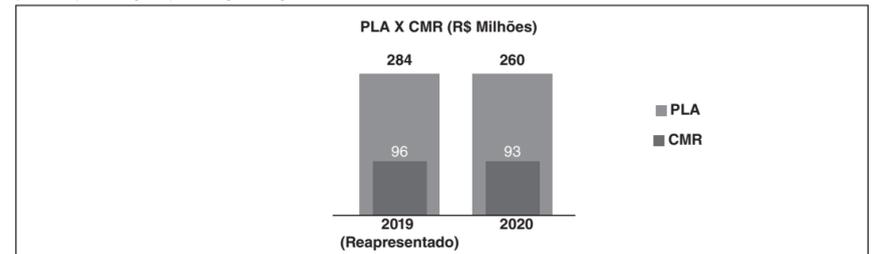
A Capemisa seguiu com a sua estratégia de ALM (Asset Liability Management) em 2020 e buscando aumentar a rentabilidade de seus ativos, a assistência financeira teve uma participação maior na sua estratégia de investimentos.



Nota: Foram desprezadas as rubricas relativas as operações com o Consórcio DPVAT.

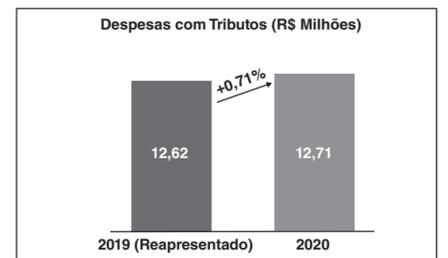
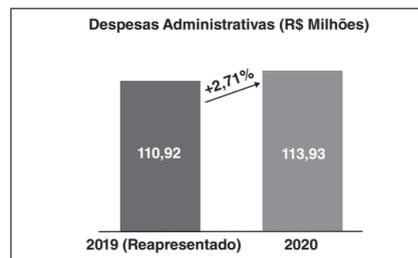
Solvência

A Capemisa Seguradora permanece sólida apresentando Patrimônio Líquido Ajustado quase três vezes maior do que o capital exigido pelo Órgão Regulador.



Despesas Administrativas e Tributos

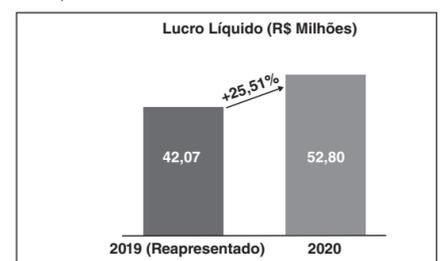
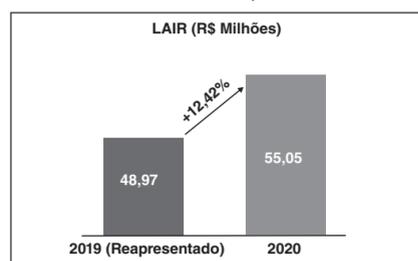
A Capemisa Seguradora manteve sua política de controle de custos almejando a melhoria da eficiência operacional e administrativa, bem como implementado programas de aperfeiçoamento contínuo em processos e controle da eficiência operacional, melhorando a relação custo versus receita. Como consequência dessas ações, a Seguradora apresentou redução do índice de despesas administrativas em 0,12 p.p. atingindo 31,25% no exercício de 2020. As despesas com tributos apresentaram um aumento de 0,71% no exercício de 2020, representadas principalmente pelas apurações do PIS e da COFINS.



Nota: Foram desprezadas as rubricas relativas as operações com o Consórcio DPVAT.

Lucro antes dos Impostos e Lucro Líquido

Com foco no cliente, procurando entender e criar soluções que atendam suas necessidades, a Capemisa Seguradora buscou o crescimento sustentável, prezando pela melhoria contínua de seus processos e resultados. Essa combinação culminou na evolução dos seus principais indicadores e, consequentemente, no aumento do lucro antes dos impostos em 12,42% e do lucro líquido em 25,51%, em comparação com o exercício de 2019, maximizando seus recursos e de seus acionistas, apresentando um retorno sobre o patrimônio de 15,92%.



4. Governança Corporativa

O Capemisa Seguradora vem desenvolvendo o seu modelo de gestão com ações concretas de implementação dos princípios e das melhores práticas de Governança Corporativa. A revisão das diretrizes corporativas e o aprimoramento contínuo da gestão de riscos, dos controles internos e das ações de prevenção e combate à fraude e lavagem de dinheiro, têm permitido um salto em qualidade na manutenção e no refinamento do seu modelo de negócios, considerando sempre os padrões mais elevados de integridade, ética profissional e social. A segurança da informação é uma preocupação constante.

5. Reformulação, Reorganização Societária e/ou Alteração no Controle Acionário

A Administração ressalta que não ocorreram reformulações, reorganizações societárias e/ou alterações no controle acionário da Seguradora.

6. Declaração sobre a Capacidade Financeira

A Administração, em conformidade com as exigências legais, constituiu provisões de acordo com as melhores práticas de gestão, apresentando assim seus riscos administrados / mitigados de acordo com as normas da SUSEP, o que ratifica a solvência da Seguradora para cobertura de suas responsabilidades.

A Capemisa Seguradora se mantém como Empresa sólida e capaz de honrar os seus compromissos, em sua totalidade, até o seu vencimento. Conforme requerido pela Circular SUSEP nº 517/15, e suas alterações, declara que os títulos classificados na categoria "até o vencimento" serão mantidos.

7. Política de distribuição de Dividendos, Juros sobre o Capital Próprio e Reinvestimento dos Lucros

A política de distribuição de lucros prevê de acordo com o estatuto social o dividendo mínimo aos acionistas de 30% do lucro líquido apurado. Durante o exercício de 2020, foram disponibilizados, aos acionistas, o montante bruto de R\$ 14,89 milhões de juros sobre o capital próprio, o qual, após a dedução de R\$ 2,23 milhões de imposto de renda retido na fonte, representa o montante líquido de R\$ 12,66 milhões.

8. Investimentos em Controladas

A Capemisa Seguradora aportou o montante de R\$ 20 milhões na Capemisa Capitalização, sua investida, visando garantir a expansão das operações.

9. Outros Assuntos

Com a propagação da Pandemia de COVID-19, a Capemisa Seguradora foi impactada com a queda dos prêmios ganhos nos meses de abril, maio e junho de 2020.

A Administração da Seguradora preocupada com o bem-estar de seus colaboradores adotou ações de contingenciamento baseadas principalmente no PCN (Plano de Continuidade de Negócios) e implantou o regime de home office, ativo até o presente momento.

Considerando as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos possíveis desdobramentos da COVID-19, a Administração concluiu que o risco de um maior impacto em seus resultados está, no momento mitigado.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, 2019 E 1º DE JANEIRO DE 2019 (Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, 2019 E 1º DE JANEIRO DE 2019 (Em milhares de reais)			PASSIVO	Notas	BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, 2019 E 1º DE JANEIRO DE 2019 (Em milhares de reais)		
		2020	2019	01.01.2019			2020	2019	01.01.2019
CIRCULANTE		334.230	313.169	298.668	CIRCULANTE	196.192	181.851	165.922	
Disponível		986	1.340	1.890	Contas a pagar	44.704	36.201	31.365	
Caixa e bancos		986	1.340	1.890	Obrigações a pagar	14	27.957	19.277	
Aplicações	5	268.045	258.921	252.720	Impostos e encargos sociais a recolher	15	2.392	2.931	
Créditos das operações com seguros e resseguros		7.795	6.920	6.462	Encargos trabalhistas	16	6.242	5.602	
Prêmios a receber	6	7.795	6.920	6.462	Empréstimos e financiamentos		-	-	
Créditos das operações com previdência complementar		1.752	1.488	1.119	Impostos e contribuições	17	8.112	8.390	
Valores a receber	7	1.751	1.488	1.119	Outras contas a pagar		1	1	
Créditos de resseguros		1	-	-	Débitos de operações com seguros e resseguros	18	4.506	4.304	
Outros créditos operacionais		248	318	159	Operações com resseguradoras		355	313	
Ativos de resseguro e retrocessão		328	290	301	Corretores de seguros e resseguros		2.416	2.442	
Títulos e créditos a receber	8	51.525	41.269	33.615	Outros débitos operacionais		1.735	1.549	
Títulos e créditos a receber	8.1	23.646	21.376	20.547	Débitos de operações com previdência complementar	18	98	121	
Créditos tributários e previdenciários	8.2	496	265	105	Débitos de resseguros		98	121	
Assistência financeira a participantes	8.3	26.862	19.351	12.657	Depósitos de terceiros	19	26.305	24.549	
Outros créditos	8.4	521	277	306	Provisões técnicas - seguros	20.1	45.560	36.754	
Empréstimos e depósitos compulsórios		112	154	134	Pessoas		45.558	36.752	
Despesas antecipadas		2.971	1.896	1.802	Vida com cobertura por sobrevivência		2	2	
Custos de aquisição diferidos	9	468	573	466	Provisões técnicas - previdência complementar	20.2	73.732	78.653	
Seguros		468	573	466	Planos bloqueados		25.250	29.746	
ATIVO NÃO CIRCULANTE		1.095.720	1.055.306	1.002.284	Planos não bloqueados		48.461	48.890	
Realizável a longo prazo		1.039.050	1.024.150	970.635	PGBL		21	17	
Aplicações	5	733.463	749.900	730.446	Outros débitos		1.287	1.269	
Títulos e créditos a receber	8	303.501	272.861	238.356	Provisões judiciais	21	1.287	1.269	
Créditos tributários e previdenciários	8.2	58.467	52.655	53.381	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		892.473	864.578	
Depósitos judiciais e fiscais	10	137.147	137.075	137.077	Provisões técnicas - previdência complementar	20.2	751.149	734.095	
Assistência financeira a participantes	8.3	107.887	83.131	47.898	Planos bloqueados		711.191	698.708	
Empréstimos e depósitos compulsórios		315	321	501	Planos não bloqueados		39.958	35.387	
Despesas antecipadas		1.771	1.068	1.332	Outros débitos		141.324	130.483	
Investimentos	11	48.662	24.885	21.245	Provisões judiciais	21	141.324	130.483	
Participações societárias	11.1	48.293	24.435	20.795	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24	341.285	322.046	
Imóveis destinados a renda	11.2	369	450	450	Capital social	24.1	270.797	270.797	
Imobilizado	12	3.852	3.416	4.982	Reservas de lucros	24.2	70.705	51.172	
Imóveis de uso próprio		1.407	1.461	1.514	Ajuste de avaliação patrimonial		(217)	77	
Bens móveis		2.263	1.831	3.296	TOTAL DO PASSIVO		1.429.950	1.368.475	
Outras mobilizações		182	124	172					
Intangível	13	4.156	2.855	5.422					
Outros intangíveis		4.156	2.855	5.422					
TOTAL DO ATIVO		1.429.950	1.368.475	1.300.952					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua

continuação



CAPEMISA Seguradora de Vida e Previdência S/A
CNPJ: 08.602.745/0001-32

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais, exceto o resultado por ação)

	Notas	2020	2019 (Reapresentado)
Prêmios emitidos		95.780	109.847
(+) Contribuições para cobertura de riscos		269.020	264.133
(+/-) Variações das provisões técnicas de prêmios		44.604	19.193
(=) Prêmios ganhos		409.404	393.173
(-) Sinistros ocorridos	28.a	(133.329)	(120.273)
(-) Custos de aquisição	28.b	(26.803)	(35.971)
(+) Outras receitas e despesas operacionais	28.c	(13.056)	(14.503)
(+) Resultado com operações de resseguro		(230)	(534)
(+) Receita com resseguro		211	-
(-) Despesa com resseguro		(441)	(534)
(+) Rendas de contribuições e prêmios		(4)	(3)
(-) Constituição da provisão de benefícios a conceder		-	89
(=) Receitas de contribuições e prêmios de VGBL		(4)	86
(+/-) Variação de outras provisões técnicas		(81.423)	(77.600)
(-) Custos de aquisição	28.b	(2.139)	(3.255)
(+) Outras receitas e despesas operacionais	28.c	(11.705)	(18.075)
(-) Despesas administrativas	28.d	(114.475)	(112.699)
(-) Despesas com tributos	28.e	(12.961)	(12.620)
(+) Resultado financeiro	28.f	37.751	47.801
(+) Receitas financeiras		115.721	113.773
(-) Despesas financeiras		(92.864)	(74.472)
(+) Reversão dos juros sobre capital próprio		14.894	8.500
(+) Resultado patrimonial	28.g	5.830	4.348
(=) Resultado operacional		56.860	49.878
(+) Ganhos ou perdas com ativos não correntes	28.h	273	1.077
(=) Resultado antes dos impostos e participações		57.133	50.955
(-) Imposto de renda	29	(1.484)	(4.270)
(-) Contribuição social	29	(762)	(2.632)
(-) Participações sobre o lucro		(2.085)	(1.983)
(=) Resultado líquido do exercício		52.802	42.070
(/) Quantidade de ações		638.362.669	638.362.669
(=) Resultado líquido do exercício por ação (em reais)		0,08	0,07

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais)

Discriminação	Notas	Reservas de Lucros					Total
		Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Ajuste TVM	Lucros Acumulados	
Saldos em 31 de Dezembro de 2018 (Reapresentado)	270.797	2.518	28.462	22	-	301.799	
Distribuição de dividendos adicionais conforme Ata de AGO de 27 de Fevereiro de 2019	-	-	(9.888)	-	-	(9.888)	
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	(3)	-	(3)	
Títulos e valores mobiliários reflexo	-	-	-	58	-	58	
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	42.070	42.070	
Proposta p/ distribuição do resultado							
Reserva legal	-	2.103	-	-	(2.103)	-	
Reserva estatutária	-	-	27.977	-	(27.977)	-	
Dividendos	-	-	-	-	(3.490)	(3.490)	
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(8.500)	(8.500)	
Saldos em 31 de Dezembro de 2019 (Reapresentado)	270.797	4.621	46.551	77	-	322.046	
Distribuição de dividendos adicionais conforme Ata de AGO de 28 de Fevereiro de 2020	-	-	(15.987)	-	-	(15.987)	
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	3	-	3	
Títulos e valores mobiliários reflexo	-	-	-	(297)	-	(297)	
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	52.802	52.802	
Proposta p/ distribuição do resultado							
Reserva legal	-	2.640	-	-	(2.640)	-	
Reserva estatutária	-	-	32.880	-	(32.880)	-	
Dividendos	-	-	-	-	(2.388)	(2.388)	
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(14.894)	(14.894)	
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	270.797	7.261	63.444	(217)	-	341.285	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais)

	2020	2019 (Reapresentado)
Resultado líquido do exercício	52.802	42.070
Outros resultados abrangentes (ORA)		
Itens que serão reclassificados para o resultado:		
Ativos financeiros disponíveis para venda - ajuste a valor justo	(490)	88
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	196	(33)
Outros resultados abrangentes, líquidos de imposto de renda e contribuição social	(294)	55
Resultado abrangente total	52.508	42.125

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais)

	2020	2019 (Reapresentado)
Atividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	52.802	42.070
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	2.210	3.456
Constituição da redução ao valor recuperável dos ativos	4.331	3.844
Perda na alienação de imobilizado, intangível e investimentos	40	355
Resultado de equivalência patrimonial	(5.701)	(4.134)
Outros ajustes	(139)	(84)
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	7.316	(25.605)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(1.383)	(524)
Créditos das operações de previdência complementar	(264)	(369)
Ativos de resseguro	(38)	11
Créditos fiscais e previdenciários	(229)	(160)
Ativo fiscal diferido	(5.814)	726
Depósitos judiciais e fiscais	(72)	2
Despesas antecipadas	(1.778)	171
Custos de aquisição diferidos	105	(107)
Assistência financeira a participantes	(35.784)	(42.654)
Outros ativos	(1.150)	(2.332)
Impostos e contribuições	8.073	6.505
Contas a pagar	(1.026)	880
Débitos de operações com seguros e resseguros	75	(107)
Débitos de operações com previdência complementar	(23)	6
Depósitos de terceiros	1.756	(633)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	8.806	(168)
Provisões técnicas - previdência complementar	12.133	37.590
Provisões judiciais	10.929	6.543
Outros passivos	196	(888)
Caixa gerado pelas operações	55.371	24.394
Recebimento de dividendos	6	16
Imposto sobre o lucro pagos	(8.351)	(6.102)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	47.026	18.308
Atividades de investimento		
Pagamento pela compra:		
Investimentos	(20.000)	(14)
Imobilizado	(1.502)	(145)
Intangível	(2.415)	(1.049)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(23.917)	(1.208)
Atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio	(23.463)	(17.045)
Pagamento de empréstimos (exceto juros)	-	(605)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(23.463)	(17.650)
Redução líquida de caixa e equivalente de caixa	(354)	(550)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.340	1.890
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	986	1.340

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A ("Seguradora") é uma sociedade anônima fechada e tem por objeto operar Planos de Previdência Complementar e Seguros de Vida em todo território nacional, podendo, ainda, participar em outras sociedades. A Seguradora é controlada pela Capemisa Instituto de Ação Social, que detém 99,25% das suas ações ordinárias. **1.1. COVID-19:** Em razão do COVID-19, através do Decreto Legislativo nº 6 de 20 de março de 2020 foi decretado estado de calamidade pública, o que ensejou medidas de isolamento social com diversas restrições, que tiveram como propósito principal a redução na propagação e proliferação do vírus. Em razão disso, um cenário de incertezas foi instaurado gerando forte volatilidade no país e no mundo. Diversas medidas de estímulos econômicos foram adotadas pelo governo brasileiro para reduzir o impacto da crise. Desde o início da crise da pandemia, a Seguradora adotou medidas para garantir a continuidade de suas operações e minimizar os impactos. Diante do cenário, as receitas de seguros reduziram em 12,81%, acentuando-se no segmento de seguro viagem que apresentou uma queda das receitas com prêmios emitidos de 50,38% em comparação a 2019, refletindo as medidas de distanciamento e restrições a viagens, que foram mais acentuadas no primeiro semestre, sendo este um dos principais impactos observado na Seguradora em 2020; além disso, foi observado um aumento da sinistralidade dos planos de seguro coletivo e previdência individual, decorrentes de 722 e 1.066 óbitos respectivamente, relacionados a causa mortis por COVID. Cabe ressaltar, que não tivemos variações relevantes nos índices de inadimplências quando comparados ao período pré-crise. Com o intuito de manter a solidez financeira, a Seguradora adotou os seguintes benefícios oferecidos pelo Governo Federal: a) postergação dos vencimentos das competências de março, abril e maio relativas tanto a contribuições sociais destinadas ao PIS e a COFINS, como a contribuições devidas ao INSS, parcela empresa, de que trata o art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, ambas em estrita obediência ao disposto pela Portaria ME nº 139/20, alterada pela Portaria nº 150/20, as quais passaram a ser recolhidas, respectivamente, nos meses de agosto, outubro e novembro; e, b) postergação dos vencimentos dos depósitos referentes ao FGTS de titularidade dos colaboradores da Seguradora relativos às competências de março, abril e maio, sendo todos liquidados

dentro do exercício de 2020.

2. Apresentação das demonstrações financeiras. 2.1. Base de preparação: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, conjugadas com as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, recepcionados pela SUSEP no que não contrariem a Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações. Na elaboração das demonstrações financeiras foi realizado o critério de comparabilidade estabelecido no pronunciamento CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. A Administração da Sociedade declara que não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram elaboradas com base no pressuposto de continuidade operacional. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos no balanço patrimonial pelo valor justo: • Os instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado; • Os ativos financeiros disponíveis para a venda; e as, • Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP. **2.2.1. Mudanças de políticas contábeis:** A SUSEP através da Circular nº 595, de 30 de dezembro de 2019, com vigência a partir de 01.01.2020, revogou os artigos 153 e 154 da Circular SUSEP nº 517/2015. Os artigos mencionados tratavam do registro contábil das operações do Consórcio DPVAT pelas consorciadas. As operações oriundas do Consórcio DPVAT que anteriormente eram contabilizadas pela Seguradora como consórcios, com a entrada em vigor do normativo passaram a ser registradas como valores a receber referentes a apuração mensal da margem de resultado e o devido recebimento destes, bem como as receitas de prestação de serviços de recepção e regulação de sinistros são registradas no grupo de outras receitas e despesas de seguros. Por se tratar de uma mudança de prática contábil, estamos apresentando os saldos com efeitos retroativos em 1º/01/2019 e 31/12/2019 demonstrados a seguir:

ilhar mais próximo. **2.4. Conclusão das demonstrações financeiras:** Estas demonstrações financeiras, foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 19 de fevereiro de 2021. **2.5. Uso de Estimativas e Julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no resultado prospectivamente. As notas explicativas listadas abaixo consideram as seguintes estimativas e premissas: (i) As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; (ii) As informações sobre as incertezas das premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material próximo no período contábil. As seguintes rubricas e fatores levam em consideração os comentários anteriores: • Ativos financeiros e aplicações financeiras (nota 3.2 e 5); • Provisões técnicas (nota 3.12 e 20); • Classificação de um contrato de seguro (nota 3.17); • Créditos tributários e previdenciários (nota 8.2); e, • Outros débitos (provisões fiscais, trabalhistas e cíveis) (Nota 21.b). **2.6. Estimativa do valor justo:** Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Administração usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Pressupõe-se que os saldos dos créditos das operações de seguros, operações com previdência complementar e os demais saldos de créditos a receber, menos a perda (*impairment*); contas a pagar e as provisões técnicas registradas pelo valor contábil, estejam próximos de seus valores justos. Os itens abaixo classificam os instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação: • **Nível 1** - preços negociados (sem ajustes) em mercados atuantes para ativos ou passivos idênticos; • **Nível 2** - informações, além dos preços cotados no Nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços). • **Nível 3** - informações para os ativos ou passivos que não são baseados em dados observáveis de mercado (ou seja, premissas não observáveis). **2.7. Gestão de riscos:** A Seguradora possui uma estrutura de Gestão de Riscos com reporte direto ao Conselho de Administração, que reflete o seu tamanho, natureza e complexidade. A estrutura é liderada pela Superintendência de Governança Corporativa e o processo de gerenciamento de riscos é composto pelas três linhas de defesa, que contempla a atuação integrada entre as unidades operacionais, as áreas que exercem função de controle, o Gestor de Riscos e Auditoria Interna, e que a partir de seus trabalhos regulares revisam a gestão dos riscos da Seguradora. Este processo permeia diferentes departamentos, com os papéis e responsabilidades definidos no Manual da Organização e nele contempla a atuação integrada do gestor como proprietário dos riscos na primeira linha de defesa. A Gestão de Riscos se dá por meio de políticas e estratégias que são reavaliadas frequentemente, com o aprimoramento contínuo da gestão baseada em riscos e uma visão integrada ao seu sistema de controles internos, para o monitoramento das suas operações de negócios e atendimento aos compromissos com seus acionistas, clientes, órgão regulador e fiscalizador e demais partes com as quais se relaciona. A Gestão de Riscos da Seguradora utiliza a arquitetura elaborada pelo COSO e pela ISO 31.000, e os componentes dessa estrutura contemplam a identificação, mensuração, tratamento dos riscos e monitoramento, permeando todos os processos da Seguradora, sendo estes mensurados de forma qualitativa e/ou quantitativa. O ciclo de gestão de riscos é composto pelas seguintes etapas: I. Identificação e Avaliação de Riscos; II. Geração da Matriz de Riscos Originais; III. Avaliação dos Controles; e, IV. Geração da Matriz de Riscos Residuais; Visando manter o princípio da transparência na Gestão de Riscos, a Seguradora utiliza uma ferramenta que consolida os riscos, mantendo o monitoramento dos níveis de exposição aos principais riscos reportados na matriz *versus* os controles, contendo *workflow* e *follow-up* de cada plano de ação, que permite uma ação tempestiva e medidas cabíveis em caso de não conformidade com os limites definidos. Desta forma torna-se possível avaliar os riscos aceitos ou se há riscos que demandam uma estratégia de evitá-los, mitigá-los ou transferi-los. O Apêndice por Risco é expresso por meio de parâmetros quantitativos e indicadores qualitativos que medem a exposição ou perfil de risco por categoria, sendo divulgado para toda Seguradora, a fim de que cada operação seja realizada de acordo com os limites estabelecidos e aceitos pela Seguradora, sendo monitorado mensalmente, permitindo assim a adoção tempestiva das medidas cabíveis em caso de discrepância do valor mensurado. As principais categorias de riscos decorrentes dos negócios da Seguradora são os riscos financeiros, classificados como: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, e ainda, os riscos de subscrição e operacional. **Processos de Gestão dos Riscos Financeiros:** A Gestão de Riscos dos instrumentos financeiros é conduzida na primeira camada pela Gerência Financeira que faz a gestão e executa as estratégias de investimentos considerando os critérios de liquidez, solvência, rentabilidade e segurança orientada pela Circular Normativa de Gestão de Investimentos, na qual estão inseridas as diretrizes de investimentos da Seguradora. Na segunda camada, a Seguradora possui um Comitê de Investimentos que tem por objetivo assessorar na Gestão de Investimentos, avaliando a conformidade com as normas regulamentares aplicáveis e as diretrizes das Políticas do Conselho de Administração, em especial a Política de Investimentos. **Risco de Mercado:** Consiste na possibilidade de perdas decorrentes das flutuações do valor dos ativos, cotações de mercado dada às oscilações do mercado financeiro, bem como das taxas de juros ou outros fatores de risco incluindo risco de moeda e de risco de

Composição de Saldo	Balanço Ajustado					
	01.01.2019			31.12.2019(*)		
	Originalmente Apresentado	Ajustes	Reapresentado	Originalmente Apresentado	Ajustes	Reapresentado
Ativo Circulante	409.250	(110.582)	298.668	422.631	(109.462)	313.169
Aplicações	363.302	(110.582)	252.720	368.383	(109.462)	258.921
Ativo não circulante	1.002.284	-	1.002.284	1.055.306	-	1.055.306
Total do Ativo	1.411.534	(110.582)	1.300.952	1.477.937	(109.462)	1.368.475
Composição de Saldo						
	Originalmente Apresentado	Ajustes	Reapresentado	Originalmente Apresentado	Ajustes	Reapresentado
Passivo Circulante	276.504	(110.582)	165.922	291.313	(109.462)	181.851
Outros débitos operacionais	536	(78)	458	1.722	(173)	1.549
Provisões técnicas - seguros	147.426	(110.504)	36.922	146.043	(109.289)	36.754
Passivo não circulante	833.231	-	833.231	864.578	-	864.578
Patrimônio líquido	301.799	-	301.799	322.046	-	322.046
Total do Passivo	1.411.534	(110.582)	1.300.952	1.477.937	(109.462)	1.368.475

(*) Incluindo o ajuste de 1º/01/2019.

Descrição	Demonstração do Resultado Ajustada			Demonstração dos Fluxos de Caixa Ajustados		
	Originalmente Apresentado	Ajustes	Reapresentado	Originalmente Apresentado	Ajustes	Reapresentado
Prêmios emitidos	123.148	(13.301)	109.847	42.070	-	42.070
(+/-) Variações das provisões técnicas de prêmios	18.449	744	19.193	(24.484)	(1.121)	(25.605)
(=) Prêmios ganhos	405.730	(12.557)	393.173			
(+) Receita com emissão de apólices	3.664	(3.664)	-	(1.383)	1.215	(168)
(-) Sinistros ocorridos	(129.882)	9.609	(120.273)	(794)	(94)	(888)
(-) Custos de aquisição	(35.973)	2	(35.971)			
(+) Outras receitas e despesas operacionais	(17.693)	3.190	(14.503)			
(-) Despesas administrativas	(116.012)	3.313	(112.699)			
(+) Resultado financeiro	47.694	107	47.801			
(+) Receitas Financeiras	121.177	(7.404)	113.773			
(-) Despesas Financeiras	(81.983)	7.511	(74.472)			
(=) Resultado operacional	49.878	-	49.878	18.308	-	18.308
(=) Resultado antes dos impostos e participações	50.955	-	50.955	(1.208)	-	(1.208)
(=) Resultado líquido do exercício	42.070	-	42.070	(17.650)	-	(17.650)
				(550)	-	(550)

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação: A moeda funcional da Seguradora é o Real e todos os saldos, exceto quando indicado de outra forma, estão apresentados em milhares de reais e foram arredondados para o mi-

continuação



CAPEMISA Seguradora de Vida e Previdência S/A
CNPJ: 08.602.745/0001-32

preço. A identificação e o controle dos riscos dos ativos financeiros são baseados em análise quantitativa, usando como base o modelo de capital de risco de mercado da SUSEP. Visto o perfil de negócio da Seguradora, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para a efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimentos segregadas por fator de risco de mercado:

	2020	2019
Pós Fixados (SELIC/CDI)	16,86%	17,28%
Inflação (IPCA/IGPM)	75,81%	75,38%
Outros	7,33%	7,34%

• **Derivativos:** A Capemisa Seguradora não apresentou posicionamento direto em derivativos no exercício de 2020. A única exposição a derivativos se deve a fundos de investimentos abertos que utilizaram na função de *Hedge* de carteira. A Capemisa realiza internamente acompanhamento dos ativos dos fundos de que é cotista e todos os fundos respeitam as regulações vigentes (Resolução BACEN nº 4.444 de 2015 e Resolução CNSP nº 321 de 2015). Observamos que os regulamentos desses fundos, além de determinarem que os derivativos somente podem ser utilizados na finalidade de *Hedge* das carteiras, estabelecem que não podem realizar alavancagem de sua posição ou de seu patrimônio líquido. **Risco de Crédito:** Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. Com o objetivo de minimizar o risco de crédito, a maior parte dos ativos garantidores está alocada em títulos públicos federais e o restante dos recursos alocados em ativos de créditos privados criteriosamente selecionados e que são monitorados diariamente pela gerência financeira e acompanhado pelo Comitê de Investimentos. Em relação às emissões de empresas financeiras e não financeiras é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos. Um dos itens que integra as análises é o *rating* atribuído por agências especializadas. O volume das aplicações em créditos privados detidos diretamente e através de fundos exclusivos estava assim distribuído na data base, de acordo com a classificação das agências de *rating*: *Fitch*, *Moody's* e *Standard&Poor's*.

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez que a Seguradora está exposta:

	2020						Total
	Sem Vencimento		Vencidos		A Vencer		
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Caixa e Bancos	986	-	-	-	-	-	986
Aplicações	167.459	-	-	-	60.141	206.253	1.001.508
Créditos das Operações	-	3.441	-	-	7.136	-	10.577
Outros Créditos Operacionais	-	501	-	-	-	-	36.695
Títulos e Créditos a Receber	137.259	2.119	1.121	3.351	75.543	106.785	438.130
Empréstimos e Depósitos Compulsórios	8	109	2	1	313	-	433
Total Ativos	305.712	6.170	1.123	39.546	143.133	313.038	1.488.329
Contas a pagar	6.513	-	-	-	38.191	-	44.704
Débitos das operações	111	1.183	101	103	3.417	2	4.917
Depósitos de terceiros	-	25.041	1.264	-	-	-	26.305
Provisões Técnicas	-	-	-	-	164.487	303.696	870.441
Outros Débitos	142.611	-	-	-	-	-	142.611
Total Passivos	149.235	26.224	1.365	103	206.095	303.698	1.088.978
	2019 (Reapresentado)						Total
	Sem Vencimento		Vencidos		A Vencer		
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Caixa e Bancos	1.340	-	-	-	-	-	1.340
Aplicações	160.218	-	-	-	74.669	211.577	1.008.821
Créditos das Operações	-	3.237	-	-	5.693	-	8.930
Outros Créditos Operacionais	-	407	-	-	318	-	36.919
Títulos e Créditos a Receber	190.036	3.762	2.223	2.156	61.186	112.185	387.942
Empréstimos e Depósitos Compulsórios	188	-	5	-	8	280	481
Total Ativos	351.782	7.406	2.228	38.350	141.874	324.042	1.444.433
Contas a pagar	-	-	1	6.270	29.930	-	36.201
Débitos das operações	-	1.321	1.155	247	1.876	-	4.599
Depósitos de terceiros	-	22.427	2.122	-	-	-	24.549
Provisões Técnicas	-	-	-	-	164.614	286.783	849.502
Outros Débitos	131.752	-	-	-	-	-	131.752
Total Passivos	131.752	23.748	3.278	6.517	196.420	286.783	1.046.603

Gestão dos Riscos Operacionais: Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, incluindo o risco legal. A gestão dos riscos operacionais está integrada ao processo de gerir riscos corporativos da Seguradora, onde todos os processos fazem parte do escopo de avaliação de riscos realizado pela 1ª linha de defesa e são analisados com foco na identificação, avaliação e tratamento dos riscos que possam impactar o alcance dos objetivos dos processos. Para os riscos de não conformidade com as leis e/ou regulamentos, a área de *Compliance* da Seguradora realiza o acompanhamento sistemático das atividades desenvolvidas, o monitoramento e testes de aderência às normas externas e internas com base nos processos organizacionais. O processo de gestão de riscos operacionais conta também com a constituição de um Banco de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, onde são registrados os eventos de perdas operacionais ocorridos na Seguradora, cujo o monitoramento e gerenciamento é executado de forma corporativa, utilizando um processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecendo métodos para tratamento dos mesmos, a fim de evitar a ocorrência de novos eventos similares. A Seguradora atua na gestão de seus riscos operacionais de forma conservadora, segregando as funções de gestão de riscos e de negócios. Para tal, adota as melhores práticas, entre elas a revisão das políticas, a criação de indicadores e a emissão de recomendações aos gestores, com o objetivo de prevenir, corrigir e inibir fragilidades, respeitadas as normas e diretrizes de supervisão e de regulação. **Gestão dos Riscos de Subscrição:** Consiste na possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas do planejamento estratégico, tático, orçamentário e que possam comprometer o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento. O processo de gestão dos riscos de subscrição é monitorado pela Seguradora através da adequada aplicabilidade das diretrizes da Política de Subscrição e das autoridades regulamentares, visando manter o equilíbrio do negócio e evitando a absorção de riscos indesejáveis. Além disso, a Seguradora possui um Comitê de Subscrição com o objetivo de assessorar a Diretoria, de forma consultiva e proativa, no desenvolvimento de estudos e soluções para questões técnicas e estratégicas relacionadas à subscrição de riscos, em conformidade com as normas regulamentares aplicáveis e as diretrizes das Políticas do Conselho de Administração, em especial a Política de Subscrição. A Seguradora vem operando com os ramos de seguros cujos Prêmios Ganhos e os índices dos seus principais carregamentos são discriminados a seguir:

Ramos	2020			2019 (Reapresentado)		
	Prêmios Ganhos	Sinistros	Comissões	Prêmios Ganhos	Sinistros	Comissões
29 Auxílio Funeral	14.541	67%	22%	14.394	68%	22%
77 Prestamista	8.497	1%	0%	9.972	1%	1%
82 AP - Coletivo	36.533	28%	32%	48.421	15%	42%
84 Doenças Graves	8.406	10%	22%	7.096	27%	23%
93 VG	24.956	84%	21%	26.574	44%	23%
87 Desemprego	150	94%	52%	289	126%	38%
90 Eventos Aleatórios	406	165%	29%	510	8%	34%
81 AP - Individual	2.241	12%	39%	2.431	40%	45%

O quadro abaixo exibe a concentração do risco, por região, no ramo de Seguro e Previdência Complementar:

Ramos	Prêmios emitidos - Seguros					
	Centro-Oeste		Nordeste		Sul	
	2020	2019 (Reapresentado)	2020	2019 (Reapresentado)	2020	2019 (Reapresentado)
29 Auxílio Funeral	697	431	228	12.457	730	14.543
77 Prestamista	11	4	-	8.483	-	8.498
82 AP - Coletivo	2.452	1.645	596	29.200	2.598	36.491
84 Doenças Graves	7	17	51	8.327	6	8.408
87 Desemprego	-	-	-	149	-	149
90 Eventos Aleatórios	32	57	78	196	44	407
93 VG	2.410	3.903	1.674	14.775	2.671	25.433
81 AP - Individual	336	271	105	1.029	110	1.851
Total	5.945	6.328	2.732	74.616	6.159	95.780

Ramos	Prêmios emitidos - Seguros					
	Centro-Oeste		Nordeste		Sul	
	2020	2019 (Reapresentado)	2020	2019 (Reapresentado)	2020	2019 (Reapresentado)
29 Auxílio Funeral	720	618	183	12.199	658	14.378
77 Prestamista	21	73	-	9.877	-	9.971
82 AP - Coletivo	3.045	2.003	751	39.997	2.494	48.290
84 Doenças Graves	1	11	40	7.048	1	7.101
87 Desemprego	1	-	-	289	-	290
90 Eventos Aleatórios	28	73	62	249	96	508
93 VG	2.087	3.967	1.465	16.781	2.221	26.521
81 AP - Individual	571	390	126	1.602	99	2.788
Total	6.474	7.135	2.627	88.042	5.569	109.847

Rating	Debêntures	2020		
		LF	CRI	Total
AAA	958	75.198	-	76.156
AA+	2.832	34.311	-	37.143
AA	2.202	-	-	2.202
AA-	3.393	-	-	3.393
A	364	-	-	364
BBB	915	-	-	915
BBB-	1.013	-	-	1.013
C	565	565	-	1.130
Total	12.242	110.074	-	122.316

Rating	Debêntures	2019 (Reapresentado)		
		LF	CRI	Total
AAA	2.996	83.728	-	86.724
AA+	3.679	33.358	-	37.037
AA	4.816	-	-	4.816
AA-	907	-	-	907
A+	1.758	-	-	1.758
A	1.270	-	-	1.270
BBB	986	-	-	986
N/D	-	-	527	527
Total	21.577	117.086	527	139.190

A Seguradora possui sua estrutura de avaliação de risco da operação de assistência financeira, considerando todas as características do crédito consignado, que tem como propriedade o recebimento via desconto em folha de pagamento. Como forma de reduzir a exposição de risco de crédito, a Seguradora adota algumas ações: a diversificação da carteira, a seleção de clientes e Órgãos Consignantes para atuação, estabelecimento de limites e prazos específicos para cada segmento. As alçadas de concessão de crédito são definidas em política de alçada e, correspondem a cada nível decisório. A estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito de Assistência Financeira é compatível com a natureza da operação, complexidade do produto e nível de exposição ao Risco de Crédito é composta pelas etapas de: decisão, formalização, monitoramento e cobrança, que possibilitam o acompanhamento contínuo da qualidade da carteira de crédito. **Risco de Liquidez:** Consiste na possibilidade da ocorrência de perdas decorrentes da inexistência de recursos financeiros suficientes para o cumprimento, nas datas previstas, dos compromissos assumidos, ou seja, consiste na possibilidade de uma empresa não ser capaz de honrar seus compromissos financeiros. Como forma de mitigar esse risco, a Capemisa mantém a carteira de liquidez alocada em títulos de renda fixa ou fundos de investimentos abertos e monitora a solvência e previsões contínuas das exigências de caixa com o objetivo de garantir liquidez diária e suprir as necessidades da Seguradora. O controle da posição de liquidez ocorre diariamente por meio do monitoramento do fluxo de caixa. A aplicação dos recursos garantidores de reservas técnicas e das provisões estão de acordo com a regulação vigente, observando os critérios do ALM (*Asset Liability Management*), com vencimentos e liquidez capazes de fornecer margem para alcançar os objetivos da Seguradora.

Variável	Premissa de Sensibilidade	2019		
		Valor	Resultado (LAIR)	Patrimônio Líquido
Sinistralidade	10%	19.589	(38,44%)	(6,08%)
Sinistralidade	(10%)	(19.589)	38,44%	6,08%
Conversão	10%	12.001	(23,55%)	(3,73%)
Conversão	(10%)	(13.039)	25,59%	4,05%
Cancelamento	10%	(5.907)	11,59%	1,83%
Cancelamento	(10%)	4.980	(9,77%)	(1,55%)
Sobrevivência	10%	9.408	(18,46%)	(2,92%)
Sobrevivência	(10%)	(8.233)	16,16%	2,56%

3. Resumo das principais práticas contábeis. As principais práticas contábeis utilizadas são as seguintes: **3.1. Ativos financeiros.** **3.1.1. Caixa e bancos:** Caixa e bancos incluem dinheiro em espécie, cheques emitidos e não compensados e depósitos bancários, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. **3.2. Aplicações:** A Administração da Seguradora efetua a seguinte classificação dos seus ativos financeiros: **I. Valor justo por meio do resultado** - Representam títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustado ao seu respectivo valor justo e classificados no ativo circulante. As mudanças no valor justo desses ativos, incluindo rendimentos e ganhos ou perdas são reconhecidas no resultado do exercício; **II. Disponíveis para venda** - Representam títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas classificações de "títulos para negociação" e "títulos mantidos até o vencimento". São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são apropriados ao resultado do exercício e são ajustados aos seus respectivos valores justos, classificados no ativo circulante e não circulante de acordo com os respectivos vencimentos. Os ganhos e as perdas decorrentes das variações dos valores justos não realizados são reconhecidos na rubrica "Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários" no patrimônio líquido, líquidos dos correspondentes efeitos tributários. As valorizações e desvalorizações, quando realizadas, são apropriadas ao resultado do exercício, em contrapartida da mencionada conta no patrimônio líquido. **III. Mantidos até o vencimento** - Representam títulos e valores mobiliários para os quais a Seguradora tem intenção e capacidade de manter em carteira até o vencimento. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são apropriados ao resultado do exercício. **IV. Empréstimos e recebíveis** - são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Seguradora compreendem os valores registrados nas rubricas "Prêmios a receber", "Títulos e créditos a receber", "Assistência financeira à participante" e "Outros créditos". São ativos financeiros mensurados inicialmente a valor justo, acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por redução ao valor recuperável. **3.3. Redução ao valor recuperável (Impairment).** **3.3.1. Ativos financeiros:** A Administração da Seguradora efetua a análise de recuperabilidade dos seus ativos no mínimo a cada data de balanço. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido à Seguradora em condições não consideradas em condições normais; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Se um evento subsequente indicar reversão da perda, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Com exceção dos ativos relacionados à Assistência Financeira à Participantes e os Prêmios a Receber e Créditos a Receber de Órgão Averbadores, a Seguradora não possui estudo técnico para os demais ativos e realiza a redução ao valor recuperável quando o período de inadimplência supera 60 dias da data do vencimento do crédito, onde reconhece o registro em conta redutora ao ativo correspondente, cujo valor corresponde à totalidade dos valores a receber, independentemente se houver outros valores a vencer do mesmo devedor, exceto para créditos com resseguradoras referentes à restituição de sinistros pagos, cujo prazo é de 180 dias a partir do registro do crédito. **3.3.2. Prêmios a receber:** A Seguradora realizou estudos técnicos de redução ao valor recuperável dos prêmios a receber, utilizando como base para o estudo, os relatórios oficiais para verificar o histórico de perdas e seus riscos de inadimplência. O período de recálculo do referido estudo ocorre a cada data de balanço e a aplicabilidade é mensal. A metodologia do estudo técnico de redução ao valor recuperável de prêmios a receber utilizou como base o prazo para efetivação do recebimento dos prêmios a receber, considerando a emissão do risco *vis-à-vis* seu mês de recebimento sobre o total de prêmios a receber. A Seguradora concluiu, com base no estudo realizado, que o risco de inadimplência dos prêmios a receber é de 11,71% (7,04 % em 2019). **3.3.3. Assistência financeira:** Para os ativos relacionados à assistência financeira à Participantes, a Seguradora efetuou estudo para identificar o prazo para efetivação do recebimento das prestações, considerando seu vencimento (periodicidade mensal), comparando seu mês de vencimento e mês de recebimento. A revisão da metodologia do estudo ocorre a cada data de balanço e a aplicabilidade é mensal. Os valores recebidos referentes a parcelas vencidas há mais de 30 dias são inexpressíveis dentro do universo apurado. Logo, com o objetivo de mitigar os riscos de inadimplência, a Seguradora constituiu redução ao valor recuperável em sua integralidade dos valores vencidos há mais de 30 dias. Para os valores vencidos até 30 dias e os vencidos, a metodologia utilizada pela Seguradora foi a segregação da carteira de assistência financeira em duas safas: contratos concedidos anteriores a outubro/2015 (Safra I) e contratos concedidos posteriores a outubro/2015 (Safra II). Este critério é decorrente da observação do cenário de inadimplência. A Seguradora observou que há volatilidades em relação ao período (safra) de concessão. Considerando estes cenários, e tomando por base os recebimentos ocorridos nos últimos 18 meses, foram calculados os percentuais médios de recebimento, e ainda, a tendência de recebimento para o próximo período, utilizando-se como premissa para constituição da redução ao valor recuperável o menor percentual de recebimento dos dois cenários. Abaixo o resumo dos critérios utilizados:

Vencimento	Percentuais de constituição da redução ao Valor Recuperável de Assistência Financeira	
	Safra I	Safra II
Parcelas vencidas há mais de 30 dias	100%	100%
Parcelas vencidas entre 0 e 30 dias e vincendas	43,59%	2,91%

3.3.4. Créditos a receber de órgãos consignantes: Em 2020, a Seguradora efetuou o estudo de inadimplência dos Títulos de Créditos a Receber dos contratos com órgãos consignantes, identificando o mês de vencimento dos recebíveis *vis-à-vis* seu mês de recebimento. A revisão da metodologia do estudo ocorre a cada data de balanço e a aplicabilidade é mensal. Com o objetivo de mitigar os riscos de inadimplência, a Seguradora constituiu redução ao valor recuperável em sua integralidade dos valores vencidos há mais de 90 dias. Na amostra foi observado que os órgãos federais possuem zero por cento de inadimplência e para os demais órgãos foi observada uma inadimplência de 0,65% (1,61% em 2019). A Seguradora efetuou de forma conservadora o estudo do rating dos órgãos vinculados as Unidades Federativas através do portal do Tesouro Nacional Transparente, e com base nos resultados apresentados de capacidade de pagamento (CAPAG), foi atribuído percentuais de agravo de inadimplência a cada Unidade Federativa, sendo assim, cada órgão consignante possui o seu percentual de redução ao valor recuperável. **3.3.5. Ativos classificados como disponíveis para venda:** Ativos classificados como disponíveis para venda são avaliados na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. No caso de investimentos em títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo, também é uma evidência de que o ativo está deteriorado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por *impairment* de instrumentos patrimoniais reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas por meio da demonstração do resultado. No caso de instrumentos de dívida, se, em um período subsequente, o valor justo desse instrumento classificado como disponível para venda, aumentar e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment*, ter sido reconhecido no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio de demonstração do resultado. **3.4. Crédito das operações com seguros, resseguros e previdência complementar:** Decorrem diretamente das operações da Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A sujeitos a redução ao valor recuperável, quando aplicável. **3.5. Assistência financeira a participantes:** Corresponde à assistência financeira concedida para titular de plano de previdência complementar aberta ou de plano de seguro de pessoas ou para assistido de plano de previdência complementar aberta, conforme previsto na Circular SUSEP nº 320/2006, alterada pela Circular nº 423/2011, que foi revogada pela Circular SUSEP nº 600/2020, publicada em abril/2020, que passou a ter efeitos a partir de agosto/2020. Os rendimentos pré-fixados de competência de exercícios futuros são demonstrados em conjunto com o valor principal das operações de crédito e apresentados como redução dos ativos correspondentes. **3.6. Custos de aquisição diferidos:** Compõem os custos de aquisição diferidos, os montantes referentes a gastos em que é possível estabelecer uma relação direta e incremental com uma apólice específica. As comissões relativas à comercialização de apólices e bilhetes de seguros, são apropriadas ao resultado como despesa, na mesma proporção em que são

	2020						Total
	Sem Vencimento		Vencidos		A Vencer		
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Caixa e Bancos	986	-	-	-	-	-	986
Aplicações	167.459	-	-	-			

continuação



CAPEMISA Seguradora de Vida e Previdência S/A
CNPJ: 08.602.745/0001-32

reconhecidas as receitas de acordo com vigência do risco relacionadas às respectivas apólices e bilhetes. **3.7. Investimentos:** As participações societárias estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os resultados de equivalência patrimonial são apresentados nas demonstrações dos resultados sob a rubrica "Resultado Patrimonial". Os outros investimentos permanentes estão contabilizados pelo método de custo, e deduzidos, quando houver, de provisão para desvalorização. Os imóveis destinados à renda estão avaliados pelo método de custo e deduzidos da depreciação acumulada. **3.7.1. Redução ao valor recuperável:** Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial, é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável, é reconhecida no resultado, e revertida se houver mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. **3.8. Imobilizado:** Compreendem equipamentos, móveis e utensílios, máquinas e veículos utilizados na condução dos negócios da Seguradora. O imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Seguradora. A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 12. **3.9. Intangível:** Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente considerando o prazo de vida útil estimada. Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 13. **3.10. Redução ao valor recuperável (Impairment). 3.10.1. Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados no mínimo anualmente para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. No caso de ativos intangíveis em desenvolvimento, que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado no mínimo, anualmente. A redução do valor recuperável de ativos (*impairment*) é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. **3.11. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. As provisões para imposto de renda e contribuição social são calculadas individualmente com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. O imposto de renda e contribuição social diferidos ("tributo diferido") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro, em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada a cada balanço e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. Atualmente, as alíquotas vigentes são 25% para imposto de renda e 15% para contribuição social. A mensuração dos tributos diferidos ativos e passivos refletem as consequências fiscais que resultariam da forma na qual

a Seguradora espera, no final de cada período, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. **3.12. Provisões técnicas:** As provisões técnicas de seguros de pessoas e previdência complementar aberta são constituídas de acordo com as determinações da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, cuja metodologia de cálculo é descrita em nota técnica atuarial (NTA) do plano aprovado ou elaborada especificamente para a provisão, com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente (Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015 e Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e alterações). As provisões cujos vencimentos ultrapassarem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes às respectivas datas base, foram classificadas no passivo não circulante. **3.12.1. Reconhecimento dos efeitos inflacionários:** Durante o exercício, as provisões técnicas foram atualizadas com base nas variações do IPC-M da Fundação Getúlio Vargas ou do IPC-A do IBGE, de acordo com o indexador aprovado nos produtos. **3.12.2. Provisão matemática de benefícios a conceder (PMBAC):** A provisão matemática de benefícios a conceder, relativa aos planos de previdência complementar aberta nas modalidades de contribuição variável ou contribuição definida, representa o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamento, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundos de investimento, especialmente constituídos para esse fim, ou acrescidas da remuneração garantida prevista na NTA do plano. A provisão matemática de benefícios a conceder, relacionada aos planos de previdência complementar aberta na modalidade de benefício definido, em regime financeiro de capitalização, representa a diferença entre o valor presente dos benefícios futuros e o valor presente das contribuições futuras, correspondentes às obrigações assumidas sob a forma de planos de renda, de pensão e pecúlio, respeitando as tábuas biométricas, taxas de juros e as características do benefício. **3.12.3. Provisão matemática de benefícios concedidos (PMBG):** A provisão matemática de benefícios concedidos representa o valor presente dos benefícios futuros correspondentes às obrigações assumidas sob a forma de renda, respeitando as tábuas biométricas, taxas de juros e as características do benefício. **3.12.4. Provisão de sinistros a liquidar (PSL):** A provisão de sinistros a liquidar, contabilizada no passivo circulante, corresponde ao valor total dos sinistros, pecúlios e rendas vencidos e ainda não pagos, atualizados monetariamente, líquidos de coseguros cedidos, brutos de resseguros a recuperar e coseguros aceitos, com base nos avisos de sinistros cadastrados até a data base das demonstrações financeiras. A baixa das reservas técnicas ocorre pelo efetivo recebimento da indenização pelo segurado ou beneficiário. **3.12.5. Provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR):** A provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) é constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativo a sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base das demonstrações financeiras, incluindo as operações de coseguro aceito, bruto das operações de resseguro e líquidos das operações de coseguro cedido. Esta provisão é calculada com base em métodos estatísticos-atuariais, conhecidos como triângulos de *run-off*, que consideram o desenvolvimento mensal dos sinistros ocorridos para estabelecer uma projeção de sinistros futuros por período de ocorrência/aviso. Tal desenvolvimento é feito por montante envolvido de sinistros, observando o período dos últimos 36 meses. **3.12.6. Provisão de prêmios não ganhos (PNNG):** A provisão de prêmios não ganhos é constituída pela parcela do prêmio comercial correspondente ao período de risco ainda não decorrido, calculado pelo método pro rata die, para cobrir o valor a pagar relativo a sinistros e despesas do referido período. Contempla os riscos assumidos na data-base do cálculo, já considerando uma estimativa para os riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE), com base no histórico de atraso na emissão de prêmios. **3.12.7. Provisão complementar de cobertura (PCC):** A PCC é constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas por meio do valor apurado no Teste de Adequação de Passivos, de acordo com as determinações especificadas na regulamentação em vigor. Em substituição às provisões de insuficiência de contribuições/prêmios (PIC/PIP), que foram extintas, essa provisão foi instituída na publicação da Circular SUSEP nº 462/2013 (posteriormente revogada pela Circular SUSEP nº 517/2015). **3.12.8. Provisão de despesas relacionadas (PDR):** A PDR é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros. **3.12.9. Provisão de resgates e outros valores a regularizar (PVR):** A PVR abrange os valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios ou fundos, às portabilidades solicitadas e, por qualquer motivo, ainda não transferidas para a sociedade seguradora ou entidade aberta de previdência complementar receptora. **3.12.10. Salvados e ressarcidos:** A Seguradora não opera em ramos que geram salvados e ressarcidos.

neiro de 2023 a efetiva aplicação da norma com adoção antecipada permitida desde que o IFRS 9 também seja aplicado. A norma reflete a visão de que um contrato de seguro combina características de um instrumento financeiro e de um contrato de serviço. Além disso, muitos contratos de seguros geram fluxos de caixa com variabilidade substancial durante um longo período. De acordo com essa norma, uma entidade retrata a receita pela transferência da cobertura e de outros serviços prometidos a um valor que reflita a contraprestação a qual a entidade espera ter direito em troca de serviços. Isto significa que a entidade exclui da receita de seguro quaisquer componentes de investimento e reconhece a receita de seguro em cada período conforme satisfaz as obrigações de desempenho previstas nos contratos de seguros. O IFRS 17 substitui o IFRS 4, que foi referenciado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC através do CPC 11 - Contratos de Seguros. A Seguradora está analisando os impactos da adoção dessa norma. A SUSEP não se manifestou sobre a adoção desse pronunciamento até o presente momento. **• ICPC 22 (IFRIC 23) -** Incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro - Entrou em vigor em 1º de janeiro de 2019 e esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração de tributos correntes e tributos diferidos ativos e passivos especificados no CPC 32 (IAS 12) quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. O normativo será aplicado quando referenciado pela SUSEP, no entanto, não foram identificadas pela Administração incertezas que se reflitam em impactos materiais com a interpretação do ICPC 22. **3.20. Segmentação das sociedades seguradoras, de capitalização, resseguradores locais e entidades abertas de previdência complementar:** Em 10 de setembro de 2020, foi emitida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) a Resolução nº 388, com entrada em vigor em 1º de outubro de 2020, que tem como objetivo estabelecer a segmentação das sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, resseguradores locais e entidades abertas de previdência complementar (EAPCs) para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial. Com base na referida resolução, as supervisionadas serão classificadas em uma de quatro categorias: Segmento 1 (S1); Segmento 2 (S2); Segmento 3 (S3); ou Segmento 4 (S4). A distribuição das supervisionadas nas categorias foi feita, com base nos valores de prêmios e provisões referentes a data-base de 31 dezembro de 2019. A classificação tem como base critérios os prêmios anuais, provisões técnicas e perfil de risco. As principais alterações proporcionadas pela Resolução nº 388/2020 envolvem a redução de capital-base, para entidades enquadradas como S4 ou S3, e a periodicidade dos Questionários Prudenciais, que foi reduzida para todas as supervisionadas. As demonstrações financeiras referentes ao primeiro semestre de cada ano, por sua vez, não precisarão mais ser auditadas para empresas enquadradas nas categorias S3 e S4 e as seguradoras S4 usarão modelos simplificados de cálculo de capital baseado em risco, nos termos que serão regulamentados pela entidade. Em 09 de dezembro de 2020, a Superintendência de Seguros Privados (Susep) divulgou o enquadramento inicial definitivo para fins de segmentação que deram seus efeitos produzidos a partir de 4 de janeiro de 2021. A Seguradora está enquadrada no Segmento 3 (S3). **4. Instrumentos financeiros. 4.1. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros:** A Seguradora utiliza diversos instrumentos financeiros para a gestão dos seus recursos. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou no vencimento, adicionalmente, são considerados o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente negociados. Os seus valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

5. Aplicações

Em 2020:

Categoria	Nível de Hierarquia	Taxa de Juros Anual	Valor Contábil	Valor Justo	% por Categoria
I- Valor justo por meio do resultado					
Fundos de Investimentos	1	-	207.904	207.904	20,76%
Fundo de Investimento Exclusivo	1	-	153.930	153.930	15,37%
Letras Financeiras do Tesouro	1	100% SELIC	13.529	13.529	1,35%
II- Mantido até o Vencimento (**)					
			793.604	930.444	79,24%
NTN-B	1	De 5,02% a 6,23% + IPCA	683.780	807.986	68,28%
Debênture IPCA	1	IPCA + 6% IGPM + 7,83%	2.274	2.411	0,23%
CRI	2	De 7,83% a 104,7% CDI a 105,5%	565	565	0,06%
LF CDI	1	CDI	34.311	34.058	3,43%
LF IPCA	1	De 4,76% a 7,50% + IPCA	72.674	85.424	7,26%
			1.001.508	1.138.348	100,00%

Em 2019:

(Reapresentado)

Categoria	Nível de Hierarquia	Taxa de Juros Anual	Valor Contábil	Valor Justo	% por Categoria
I- Valor justo por meio do resultado					
Fundos de Investimentos	1	-	212.433	212.433	21,06%
Fundo de Investimento Exclusivo	1	-	137.108	137.108	13,59%
Letras Financeiras do Tesouro	1	100% SELIC	23.106	23.106	2,29%
II- Disponível para venda					
Ações	-	-	17.678	17.678	1,75%
NTN-B (*)	1	0,62% + IPCA	4	4	0,00%
17.674	17.674	1,75%			
III- Mantido até o Vencimento (**)					
			778.710	924.074	77,19%
NTN-B	1	De 5,02% a 6,23% + IPCA	656.018	787.448	65,03%
Debênture CDI	2	100% CDI	5.165	5.169	0,51%
Debênture IPCA	1	IPCA + 6%	2.176	2.391	0,22%
CRI	2	IGPM + 7,83% a 104,7% CDI a 106,5%	527	527	0,05%
LF CDI	1	CDI	43.281	43.282	4,29%
LF IPCA	1	De 4,76% a 7,50% + IPCA	71.543	85.257	7,09%
			1.008.821	1.154.185	100,00%

(*) O saldo na curva é de R\$ 17.679 em 2019. (**) Os referidos investimentos estão avaliados na curva.

As aplicações financeiras estão compostas conforme segue, em função dos vencimentos.

Em 2020:

	Sem Vencimento	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Fundos de Investimentos	167.459	-	-	-	167.459
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	33.220	7.225	40.445
NTN-B	-	33.753	136.161	513.866	683.780
CRI	-	-	-	565	565
Debêntures	-	-	2.274	-	2.274
LF	26.388	34.598	45.999	106.985	106.985
	167.459	60.141	206.253	567.655	1.001.508

Em 2019:

(Reapresentado)

	Sem Vencimento	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Fundos de Investimentos	160.214	-	-	-	160.214
Ações	4	-	-	-	4
Letras Financeiras do Tesouro	-	45.859	1.130	5.230	52.219
NTN-B	-	-	180.364	493.328	673.692
CRI	-	-	-	527	527
Debêntures	-	5.165	2.176	-	7.341
LF	23.645	27.907	63.272	114.824	114.824
	160.218	74.669	211.577	562.357	1.008.821

5.1. Movimentação das Aplicações Financeiras

	Valor justo por meio do resultado	Mantido Disponível para venda	até o vencimento	Total
Saldo em 2018 (Reapresentado)	217.019	34	766.113	993.166
Aplicação	25.333	17.661	17.000	289.994
Resgate	(274.467)	(26)	(73.279)	(347.772)
Rendimentos	18.548	15	68.876	87.439
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(6)	-	(6)
Saldo em 2019 (Reapresentado)	212.433	17.678	778.710	1.008.821
Aplicação	385.576	17.692	7.884	411.152
Resgate	(400.459)	(36.024)	(66.990)	(503.473)
Rendimentos	10.354	648	73.700	84.702
Ajuste de avaliação patrimonial	-	6	-	6
Saldo em 2020	207.904	-	793.604	1.001.508

3.12.11. Tábuas, taxas de carregamento e taxas de juros dos principais produtos comercializados:

Previdência:

Plano	Processo SUSEP	Regime	Tábua Biométrica	Taxa de Juros	Carregamento Máx.	Indexador
Pecúlio Individual por Morte	15414.000797/2008-16	Repartição Simples	CSO 80	6% aa	30%	IPCM
Pecúlio Individual por Morte	15414.001146/2008-43	Capitalização	CSO 80	6% aa	30%	IPCM
Pecúlio Individual por Morte	15414.901355/2017-80	Capitalização	AT 83 M	4% aa	5%	IPCA
Pecúlio Individual por Morte	15414.607828/2020-51	Capitalização	AT2000 M	4% aa	30%	IPCA

Seguros:

Plano / Produto	Processo Susep	Regime	Tábua Biométrica	Taxa de Juros	Indexador
Prestamista	15414.000097/2008-21	Repartição Simples	AT 83 / Álvaro Vindas	-	IPCM
API - Bilhete Premiável	15414.900764/2013-35	Repartição Simples	-	-	IPCM
Acidente Pessoal Coletivo	001-01947/93	Repartição Simples	-	-	IPCM
APC - Especial	15414.000129/2004-65	Repartição Simples	-	-	IPCM
APC - Prazo Certo	15414.000149/2009-41	Repartição Simples	-	-	IPCM
APC - Cia Proteção Corporativa	15414.001215/2008-19	Repartição Simples	-	-	IPCM
APC - Cia Capital Global	15414.002496/2008-27	Repartição Simples	-	-	IPCM
APC - Escolar	15414.001880/2008-11	Repartição Simples	-	-	IPCM
APC - Vip Mais	15414.004417/2007-31	Repartição Simples	-	-	IPCM
Vida em Grupo	001-03150/90	Repartição Simples	-	-	IPCM
Seguro de Pessoas Flexível	15414.004510/2012-11	Repartição Simples	AT 83 / Álvaro Vindas	-	IPCM
Viva Flex - Capital Global	15414.005052/2008-43	Repartição Simples	AT 83 / Álvaro Vindas	-	IPCM
VG - Faixa Etária Viva Flex	15414.004535/2007-40	Repartição Simples	AT 83 / Álvaro Vindas	-	IPCM
VG - Taxa Média Viva Flex	15414.004708/2007-20	Repartição Simples	AT 83 / Álvaro Vindas	-	IPCM

3.12.12. Teste de adequação de passivos (Liability Adequacy Test - LAT): A Circular SUSEP nº 517 de 30 de julho de 2015, define regras e procedimentos para realização do teste de adequação de passivo (TAP), a serem observados pelas sociedades seguradoras. As estimativas correntes dos fluxos de caixa consideraram todos os riscos assumidos até a data-base do teste, sendo brutas de resseguro. As premissas relacionadas a despesas, resgates, persistência, portabilidade e opção de conversão em renda foram baseadas na experiência observada pela seguradora ou de mercado, limitada ao período máximo de 5 (cinco) anos. Para estimativa de mortalidade foi utilizada a tábua BR-EMS e o fluxo de caixa foi descontado a valor presente pela taxa de juros livre de risco desenvolvida com base na estrutura a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco definida pela SUSEP. O teste de adequação dos passivos, realizado em 2020, indicou a necessidade de uma constituição da provisão complementar de cobertura (PCC) no valor de R\$3.914 (em 2019 necessidade de reversão no valor de R\$ 681).

Teste de Adequação do Passivo

(TAP)	2020 e 2019
a) taxa de juros contratada para ativos e passivos	De acordo com a Nota Técnica Atuarial e aprovada pela SUSEP
b) taxa de juros esperada para os ativos	Projeção da SUSEP (ETTJ)
c) tábua biométrica	BR-EMS
d) sinistralidade	Observação histórica dos 12 últimos meses
e) resseguro	Cálculos Brutos de Resseguro

3.13. Depósitos de terceiros: Os depósitos de terceiros referem-se, principalmente, a depósitos bancários referentes a recebimentos de prêmios, contribuições e assistências financeiras que ainda se encontram em processo de reclassificação. **3.14. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais: Ativos contingentes:** reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são divulgados pela Gerência Jurídica da Seguradora. **Passivos contingentes:** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com estimativas fundamentadas. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são divulgados pela Gerência Jurídica da Seguradora, com objetivo de ser observado o critério de provisão estabelecido pela Seguradora. **Obrigações legais - fiscais:** decorrem de processos judiciais que tenham por objeto o questionamento do cumprimento de obrigações tributárias, sempre correlacionados à sua exigibilidade. A avaliação da probabilidade de êxito é efetuada pela Gerência Jurídica e divulgada para as áreas competentes da Seguradora. **3.15. Provisões para ações judiciais:** Correspondem as provisões para as ações de natureza cível, não relacionadas às indenizações contratuais de sinistros; as ações de natureza trabalhista; e as ações de natureza tributária, e são efetuadas com base na classificação da probabilidade de perda dos processos, nos seguintes termos: A classificação do risco de perda das demandas judiciais da Seguradora é realizada com base na avaliação dos seus assessores jurídicos, levando em conta a natureza das demandas, o pedido do autor, os subsídios técnicos, as provas, o posicionamento do tribunal em que tramitam, a sua complexidade, a similaridade com processos anteriores, bem como o posicionamento dos tribunais superiores sobre o tema, podendo ser revisto de acordo com a fase processual e as decisões dos Tribunais. As provisões de ações judiciais de conteúdo tributário, seja de contribuições ou outras obrigações de natureza fiscal, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pela SELIC, conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas avaliações dos advogados internos e externos que trabalham com a Gerência Jurídica da Seguradora e da Administração, especialmente quanto ao provável resultado dos processos judiciais. Estas provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado. Os correspondentes depósitos judiciais são contabilizados na rubrica Depósitos Judiciais e Fiscais, no ativo não circulante, e são atualizados pela SELIC. **3.16. Classificação no circulante e não circulante:** A Seguradora procede,

continuação



CAPEMISA Seguradora de Vida e Previdência S/A
CNPJ: 08.602.745/0001-32

6. Prêmios a receber.

6.1. Movimentação dos prêmios a receber:

	2019	
	2020	(Reapresentado)
Saldo Inicial	7.415	6.918
Prêmios emitidos	108.110	121.194
Prêmios cancelados	(12.330)	(11.347)
Recebimentos	(94.403)	(109.350)
Saldo final	8.792	7.415
IOF sobre prêmios emitidos	33	27
Saldo Final	8.825	7.442
Redução ao valor recuperável ^(*)	(1.030)	(522)
	7.795	6.920

(*) Constituída conforme os critérios estabelecidos na nota explicativa 3.3.2.

6.2. Aging de prêmios a receber

	2019	
	2020	(Reapresentado)
Vencidos		
De 1 a 30 dias	571	1.331
De 31 a 60 dias	735	418
De 61 a 90 dias	383	-
	1.689	1.749
A vencer		
De 1 a 30 dias	7.136	5.693
	7.136	5.693
	8.825	7.442

7. Créditos das operações com previdência complementar - valores a receber

	2019	
	2020	(Reapresentado)
Contribuições riscos vigentes não recebidos	1.751	1.488
	1.751	1.488

A movimentação dos créditos das operações de previdência complementar relacionados as contribuições riscos vigentes não recebidos está demonstrada conforme a seguir:

	2019	
	2020	(Reapresentado)
Saldo inicial	1.488	1.119
Emissão	279.332	271.329
Recebimentos	(268.753)	(263.761)
Cancelamento	(7.357)	(4.706)
Restituição	(2.959)	(2.493)
Saldo final	1.751	1.488

7.1. Aging de contribuições a receber

	2019	
	2020	(Reapresentado)
Vencidos		
De 1 a 30 dias	1.045	961
De 31 a 60 dias	706	527
	1.751	1.488

8. Títulos e créditos a receber.

8.1. Títulos e créditos a receber:

	2019	
	2020	(Reapresentado)
Circulante:		
Créditos a receber de órgão consignante	23.789	22.581
Dividendos e JCP a receber ^(*)	2.199	844
Direitos resultantes da venda de imóveis	354	354
Aluguéis a receber	134	134
Outros créditos a receber	442	478
Redução ao valor recuperável ^(**)	(3.272)	(3.015)
	23.646	21.376

(*) Juros sobre capital próprio. (**) Os critérios de constituição de redução ao valor recuperável dos créditos a receber de órgãos consignantes estão definidos na nota explicativa 3.3.4.

8.2. Créditos tributários e previdenciários: Os créditos tributários são decorrentes de pagamentos indevidos ou a maior, saldo negativo e créditos tributários de diferenças temporárias, e estão demonstrados a seguir:

	2019	
	2020	(Reapresentado)
Circulante:		
Imposto de renda a compensar	222	165
Contribuição social a compensar	133	73
Antecipação de imposto de renda	9	12
Outros créditos	132	15
Total do circulante	496	265

Não circulante:

	2019	
	2020	(Reapresentado)
Imposto de renda diferido - ajustes temporais	33.466	29.825
Contribuição social diferido - ajustes temporais	19.755	17.582
Outros créditos	5.246	5.248
Total do não circulante	58.467	52.655

Os créditos tributários decorrentes de ajustes temporais são originados exclusivamente de adições/exclusões temporárias.

	2019	
	2020	(Reapresentado)
Imposto de renda / Contribuição social		
Provisões judiciais tributárias - COFINS	70.544	70.543
Redução ao valor recuperável de assistência financeira	9.834	7.489
Provisões cíveis previdência	30.953	24.843
Provisões cíveis seguros	614	158
Redução ao valor recuperável prêmios a receber seguros	1.030	522
Provisões trabalhistas	3.091	275
Redução ao valor recuperável de outros títulos créditos a receber	355	355
PLR funcionários provisão mensal ^(*)	2.164	2.084
Redução ao valor recuperável outros investimentos	10.922	10.922
Redução ao valor recuperável direito de exclusividade	1.678	1.667
Redução ao valor recuperável órgãos consignantes	2.713	2.456
Redução ao valor recuperável outros créditos operacionais	253	406
Provisões tributárias	39	-
Provisão processo RFB	298	-
Outras provisões	1.914	-
Total ativo diferido	136.402	121.720
Desreconhecimento do crédito tributário em função do estudo de lucratividade (cpc 32)	(2.537)	(2.422)
Total das diferenças temporárias	133.865	119.298
Alíquota aplicada IRPJ - 25%	33.466	29.825
Alíquota aplicada CSLL - 15%	19.755	17.582

(*) Não aplicável para CSLL.

11. Investimentos. 11.1. Participações societárias:

Investimentos	Quantidade de ações/quotas	% de participação	Capital social	Investimento		Resultado Patrimonial			
				2020	(Reapresentado)	2020	(Reapresentado)		
Capemisa Capitalização S.A.	27.610.000	99,5654%	36.759	48.258	5.743	48.048	24.180	5.705	4.118
Seguradora Líder Seguro DPVAT	15.000.000	1,5136%	15.000	16.188	123	245	255	(4)	16
Consultoria e Serviços Técnicos U9A Ltda	135.345.667	40,54%	135.346	123.909	-	51.224	51.224	-	-
Redução ao valor recuperável						(51.224)	(51.224)		
Total						48.293	24.435	5.701	4.134

• **Capemisa Capitalização S/A** - Constituída em 19 de abril de 2011. Possui capital social de R\$ 36.759 (R\$ 16.759 em 2019), dividido em 27.610.000 (15.914.000 em 2019) ações ordinárias, sem valor nominal. A Seguradora possui o controle acionário com 99,5654% das ações. A SUSEP através da Portaria nº 4.089, de 7 de julho de 2011, concedeu a Capemisa Capitalização S/A a autorização para operar com planos de capitalização em todo o território nacional. O aporte de capital, que ocorreu em 22 de dezembro de 2020, no montante de R\$ 20.000, correspondente a 11.696.000 ações ordinárias, sem valor nominal, encontra-se em aprovação pelo órgão regulador.

• **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT:** A partir de janeiro de 2010 passamos a operar com o convênio DPVAT. Conforme carta PRESI nº 064/2018, a Seguradora passou a deter 227.036 ações da Seguradora Líder - DPVAT, o que corresponde a 1,51357% em 2019) do capital da referida companhia.

• **Consultoria e Serviços Técnicos U9A Ltda.:** A investida possui o montante de R\$ 135.345.667 quotas. A Capemisa Seguradora realizou a integralização de R\$ 54.863 referente a 54.862.506 quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada. O Conselho de Administração da Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A decidiu pela dissolução parcial da U9A, com a sua retirada da sociedade. Diante das inúmeras tentativas frustradas de promover a sua retirada do quadro de sócios da U9A, com a celebração da alteração de contrato social correspondente, a Capemisa Seguradora, em 2017, promoveu a notificação extrajudicial da U9A e de seus demais sócios, formalizando o seu legítimo interesse em retirar-se daquela sociedade e requerendo a adoção das medidas necessárias para tanto. Diante do não atendimento a notificação enviada, a Capemisa Seguradora, em setembro de 2020, ajuizou ação pleiteando a dissolução parcial da U9A, bem com a sua retirada do quadro de sócios da referida sociedade e a consequente apuração e pagamento dos seus haveres. A ação tramita no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, pendente ainda de julgamento. Sendo assim, considerando-se que, em 2015 e nas circunstâncias atuais: (i) não é possível determinar o montante a ser resarcido à Capemisa Seguradora no processo de dissolução parcial da U9A e (ii) U9A não apresenta expectativa de geração futura de caixa, a Administração da Capemisa Seguradora decidiu manter a provisão para perda de 100% (cem por cento) do valor do investimento, no montante de R\$ 51.224, realizado em 2015 em contrapartida da conta de outros investimentos - redução ao

A constituição de créditos tributários de ajustes temporais está fundamentada em estudo técnico que leva em consideração as projeções que apontam para a geração de lucros tributáveis suficientes para a compensação dos créditos tributários em até 10 anos. A projeção de prazo para a realização dos créditos tributários está apresentada, conforme quadro a seguir, por ano de realização:

Período	Créditos Tributários			Créditos Tributários			CSLL		
	Tributários	IR Diferido	%	Tributários	Diferida	%	Tributários	Diferida	%
2021	21.149	5.287	15,80%	18.985	2.848	14,41%			
2022	4.303	1.076	3,22%	4.303	645	3,26%			
2023	4.522	1.131	3,38%	4.522	678	3,43%			
2024	5.065	1.266	3,78%	5.065	760	3,85%			
2025	6.713	1.678	5,01%	6.713	1.007	5,10%			
2026-2028	84.832	21.208	63,37%	84.832	12.725	64,41%			
2029-2030	7.281	1.820	5,44%	7.281	1.092	5,53%			
	133.865	33.466	100%	131.701	19.755	100%			

Em 2020, houve um aumento dos saldos dos créditos tributários relacionados a IRPJ e CSLL da ordem de R\$ 3.641 (R\$ 394 em 2019) e R\$ 2.173 (R\$ 107 em 2019), respectivamente.

8.3. Assistência financeira a participantes: A composição das assistências financeiras concedidas a participantes está demonstrada a seguir:

Período	Créditos Tributários			Créditos Tributários			CSLL		
	Tributários	IR Diferido	%	Tributários	Diferida	%	Tributários	Diferida	%
2020	5.781	1.445	4,84%	3.697	555	3,16%			
2021	85.448	21.361	71,62%	85.448	12.817	72,90%			
2022	3.354	839	2,81%	3.354	503	2,86%			
2023	3.564	892	2,99%	3.564	535	3,04%			
2024	6.625	1.656	5,55%	6.625	994	5,65%			
2025-2027	9.226	2.307	7,74%	9.226	1.384	7,87%			
2028-2029	5.300	1.325	4,44%	5.300	794	4,52%			
	119.298	29.825	100%	117.214	17.582	100%			

Circulante:

	2020		2019	
	2020	(Reapresentado)	2020	(Reapresentado)
Garantia de averbação	56.491	44.690	56.491	44.690
Receitas a apropriar	(23.198)	(19.868)	(23.198)	(19.868)
Redução ao valor recuperável ^(*)	(6.431)	(5.471)	(6.431)	(5.471)
	26.862	19.351	26.862	19.351

Não circulante:

	2020		2019	
	2020	(Reapresentado)	2020	(Reapresentado)
Garantia de averbação	157.890	128.578	157.890	128.578
Receitas a apropriar	(46.600)	(43.429)	(46.600)	(43.429)
Redução ao valor recuperável ^(*)	(3.403)	(2.018)	(3.403)	(2.018)
	107.887	83.131	107.887	83.131

(*) Constituída conforme os critérios definidos na nota 3.3.3.

8.3.1. Assistências financeiras por vencimento

	2020		2019	
	2020	(Reapresentado)	2020	(Reapresentado)
Vencidos:				
De 1 a 60 dias	688	500	688	500
De 61 a 180 dias	686	350	686	350
De 181 a 360 dias	723	387	723	387
Mais de 360 dias	3.936	3.844	3.936	3.844
Vincendo:				
Até 360 dias	50.458	39.609	50.458	39.609
Mais de 360 dias	157.890	128.578	157.890	128.578
	214.381	173.278	214.381	173.278

8.4. Outros créditos: Os outros créditos são compostos da seguinte forma:

	2020		2019	
	2020	(Reapresentado)	2020	(Reapresentado)
Adiantamentos a funcionários	367	202	367	202
Adiantamentos administrativos	42	35	42	35
Outros créditos	112	40	112	40
	521	277	521	277

9. Custos de aquisição diferidos: Os custos de aquisição diferidos das operações de seguros, apresentaram a seguinte movimentação:

	2019		2020	
	2019	(Reapresentado)	2019	(Reapresentado)
Comissão	573	6.185	573	6.185
	573	6.185	573	6.185

Em 2019:

	2018		2019	
	2018	(Reapresentado)	2018	(Reapresentado)
Comissão	466	7.269	466	7.269
	466	7.269	466	7.269

10. Depósitos judiciais: Os depósitos judiciais estão demonstrados conforme composição a seguir:

	2020		2019	
	2020	(Reapresentado)	2020	(Reapresentado)
Tributos	124.335	122.068	124.335	122.068
Cíveis	7.105	7.140	7.105	7.140
Benefícios	3.630	6.274	3.630	6.274
Sinistros	1.388	1.266	1.388	1.266
Trabalhistas	529	172	529	172
Outros depósitos	160	155	160	155
	137.147	137.075	137.147	137.075

Os depósitos judiciais possuem a seguinte movimentação:

	Saldo em 2019		Saldo em 2020	
	Reapresentado	Novos Depósitos	Novos Depósitos	Atuais - Baixas por Perda / Êxito

continuação



CAPEMISA Seguradora de Vida e Previdência S/A
CNPJ: 08.602.745/0001-32

	2019	
	2020	(Reapresentado)
Seguros		
Estipulantes	1.713	1.455
Comissões a pagar	1.370	1.383
Comissões sobre prêmios emitidos	1.185	1.138
Débitos de resseguro	355	313
DPVAT	111	111
Outras	85	78
Ajuste a valor de realização	(313)	(174)
	4.506	4.304
Previdência		
Débitos de resseguro	98	121
	98	121
	4.604	4.425

19. Depósitos de terceiros: A Seguradora possui o valor de R\$ 26.305 (R\$ 24.549 em 2019), referente basicamente a contribuições de previdência, seguro e numerários de órgãos consignantes arrecadados na rede bancária os quais encontram-se em processo de identificação. A composição do saldo é a seguinte:

20. Provisões técnicas.**20.1. Movimentação das provisões técnicas – seguros pessoas:**

Movimentação das provisões técnicas	PPNG	PPNG-RVNE	PSL	IBNR	PDR	PVR	Total
Saldos em 2018 (Reapresentado)	1.433	164	16.828	18.492	-	5	36.922
Constituição	673	11	7.881	5.750	-	1	14.316
Reversão/baixa	(400)	(124)	(6.587)	(8.587)	-	(4)	(15.702)
Juros e atualização monetária	-	-	1.218	-	-	-	1.218
Saldos em 2019 (Reapresentado)	1.706	51	19.340	15.655	-	2	36.754
Constituição	729	16	11.052	9.150	2.086	-	23.033
Reversão/baixa	(664)	(30)	(6.739)	(7.746)	-	-	(15.179)
Juros e atualização monetária	-	-	952	-	-	-	952
Saldos em 2020	1.771	37	24.605	17.059	2.086	2	45.560

Movimentação das provisões técnicas	PMBaC	PMBC	PPNG	PDR	IBNR	PSL	PVR	PCC	Total
Saldos em 2018 (Reapresentado)	346.353	223.758	6.904	6.456	12.163	45.042	1.686	132.795	775.157
Constituição	5.704	768	1.590	255	7.505	24.172	1.447	4.090	45.531
Reversão/baixa	(22.073)	(15.899)	(1.417)	(11)	(2.128)	(18.217)	-	(4.771)	(64.516)
Juros e atualização monetária	34.598	22.073	-	-	-	(95)	-	-	56.576
Saldos em 2019 (Reapresentado)	364.582	230.700	7.077	6.700	17.540	50.902	3.133	132.114	812.748
Constituição	2.920	606	1.378	4.616	19.761	15.779	1.558	9.609	56.227
Reversão/baixa	(31.245)	(20.753)	(1.163)	(6.671)	(15.751)	(26.651)	(1.281)	(5.695)	(109.210)
Juros e atualização monetária	39.339	24.325	-	-	-	1.452	-	-	65.116
Saldos em 2020	375.596	234.878	7.292	4.645	21.550	41.482	3.410	136.028	824.881

20.3. Desenvolvimento de sinistros: A tabela a seguir mostra o desenvolvimento de pagamentos de sinistros. O objetivo dessa tabela é demonstrar a consistência da política de provisionamento de sinistros da Seguradora.

SEGUROS

	Posição em 31/12/2020			
	Ocorrência entre 12/2016 e 12/2017	Ocorrência entre 12/2017 e 12/2018	Ocorrência entre 12/2018 e 12/2019	Ocorrência entre 12/2019 e 12/2020
Avisados (Até)				
No ano do evento	50.822	29.086	36.330	38.817
Após um ano	10.444	8.689	8.732	-
Após dois anos	1.757	1.169	-	-
Após três anos	904	-	-	-

SEGUROS

	Posição em 31/12/2019			
	Ocorrência entre 12/2016 e 12/2017	Ocorrência entre 12/2017 e 12/2018	Ocorrência entre 12/2018 e 12/2019	Ocorrência entre 12/2019 e 12/2020
Pagamentos				
No ano do evento	37.225	20.254	21.267	23.005
Após um ano	10.917	7.432	8.298	-
Após dois anos	1.371	915	-	-
Após três anos	565	-	-	-

Valores Brutos de Resseguro**PREVIDÊNCIA**

	Posição em 31/12/2020			
	Ocorrência entre 12/2016 e 12/2017	Ocorrência entre 12/2017 e 12/2018	Ocorrência entre 12/2018 e 12/2019	Ocorrência entre 12/2019 e 12/2020
Avisados (Até)				
No ano do evento	90.588	101.887	94.695	108.596
Após um ano	9.830	8.533	9.423	-
Após dois anos	479	287	-	-
Após três anos	137	-	-	-

PREVIDÊNCIA

	Posição em 31/12/2019			
	Ocorrência entre 12/2016 e 12/2017	Ocorrência entre 12/2017 e 12/2018	Ocorrência entre 12/2018 e 12/2019	Ocorrência entre 12/2019 e 12/2020
Pagamentos				
No ano do evento	76.184	83.165	78.391	94.016
Após um ano	21.268	21.404	20.992	-
Após dois anos	1.274	1.552	-	-
Após três anos	515	-	-	-

Valores Brutos de Resseguro

21. Provisões judiciais – circulante e não circulante: As rubricas "provisões judiciais" estão compostas conforme demonstrado a seguir:

	Circulante		Não circulante	
	2020 (Reapresentado)	2019 (Reapresentado)	2020 (Reapresentado)	2019 (Reapresentado)
Obrigações fiscais (a)	1.287	1.269	5.252	5.341
Fiscais (b)	-	-	101.391	99.655
Provisões cíveis (b)	-	-	31.590	25.212
Provisões trabalhistas (b)	-	-	3.091	275
	1.287	1.269	141.324	130.483

(a) **Obrigações fiscais:** Esta rubrica está basicamente representada pelo parcelamento da COFINS junto à Receita Federal do Brasil (RFB) e o débito de R\$ 6.245 (R\$ 6.316 em 2019).

(b) **Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas:** Abaixo apresentamos a movimentação das provisões fiscais, cíveis e trabalhistas:

	Saldo em 2019 (Rea- presentado)		Novas Provisões/ Pagamento		Juros/ Reversões		Saldo em 2020	
	Quantidade	Estimado	Quantidade	Estimado	Quantidade	Estimado	Quantidade	Estimado
Fiscais	99.655	36	(11)	-	1.711	101.391		
Cíveis	25.212	10.951	(5.150)	(2.133)	2.710	31.590		
Trabalhistas	275	2.819	(16)	(173)	186	3.091		
Total	125.142	13.806	(5.177)	(2.306)	4.607	136.072		

Segundo os advogados da Seguradora, as contingências passivas existentes estão compostas da seguinte forma:

As naturezas dos processos assim estão resumidas:

• Fiscais

Possibilidade de perda	2020		2019	
	Quantidade	Estimado	Quantidade	Estimado
Provável	5	101.391	2	99.655
Possível	7	194	1	12
Total	12	101.585	3	99.667

O saldo é composto principalmente pela ação relacionada a causa da CO-FINS. Em setembro de 2019, a Justiça Federal julgou improcedente o pedido de declaração de inexistência de obrigatoriedade de recolhimento da CO-FINS sobre receitas operacionais. O pedido da Seguradora pleiteava ainda, a devolução de todos os valores recolhidos sob tal título, após a entrada em vigor da Lei nº 9.718/98, via compensação ou restituição. Ainda em setembro de 2019, a Seguradora ingressou com embargos de declaração rejeitados pelo juízo competente. Interposto o recurso de apelação, permanecemos no aguardo do julgamento. Os advogados externos da Seguradora opinam que as chances de perda da causa relacionada a COFINS são prováveis. Por se tratar de obrigação legal todos os valores concernentes a causa já se encontram integralmente provisionados e depositados judicialmente.

• Cíveis

Possibilidade de perda	2020		2019	
	Quantidade	Estimado	Quantidade	Estimado
Provável	835	31.590	533	25.212
Possível	988	37.170	216	6.347
Total	1.823	68.760	749	31.559

Os montantes de R\$ 31.590 (R\$ 25.212 em 2019), classificados como perda provável, R\$ 37.170 (R\$ 6.347 em 2019), classificados como perda possível, versam sobre ações nas quais os autores requerem a restituição de contribuições, indenização por dano moral, revisão contratual, cancelamento de descontos, pagamento de seguro, pecúlio e pensão sem cobertura ou contrato. Os processos com possibilidade de perda provável tratam de demandas onde a Seguradora, avaliando as características da ação e o entendimento dos tribunais, julga que as possibilidades de vitória são remotas e, portanto, a provisão é reconhecida. Os processos com possibilidade de perda possível, conforme requerido no CPC 25, são apenas divulgados em nota explicativa e nenhuma provisão é reconhecida.

• Trabalhistas

Possibilidade de perda	2020		2019	
	Quantidade	Estimado	Quantidade	Estimado
Provável	33	3.091	7	275
Possível	18	11.432	8	284
Total	51	14.523	15	559

Os montantes de R\$ 3.091 (R\$ 275 em 2019), classificados como perda provável, e R\$ 11.432 (R\$ 284 em 2019), classificados como perda possível, referem-se a contingências em curso em diversas Varas da Justiça do Trabalho e Tribunais Regionais, que retratam pleitos de horas extraordinárias e equiparações salariais, que implicam em análise de caso a caso, não se aplicando jurisprudência, mas sim em decorrência dos elementos constantes

	2019	
	2020	(Reapresentado)
Valores a reclassificar - previdência complementar	19.430	18.736
Cobrança antecipada de prêmios	426	396
Prêmios e emolumentos recebidos	2	1
Outros depósitos	6.447	5.416
	26.305	24.549

19.1. Aging de depósitos de terceiros

	2019	
	2020	(Reapresentado)
Vencidos		
De 01 a 30 dias	23.715	21.299
De 31 a 60 dias	352	206
De 61 a 120 dias	134	277
De 121 a 365 dias	840	645
Mais de 365 dias	1.264	2.122
	26.305	24.549

	2019	
	2020	(Reapresentado)
Saldos em 2018 (Reapresentado)	1.433	164
Constituição	673	11
Reversão/baixa	(400)	(124)
Juros e atualização monetária	-	-
Saldos em 2019 (Reapresentado)	1.706	51
Constituição	729	16
Reversão/baixa	(664)	(30)
Juros e atualização monetária	-	-
Saldos em 2020	1.771	37

	2019	
	2020	(Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	52.802	42.070
Base para cálculo da reserva legal	52.802	42.070
Constituição da reserva legal	2.640	2.103
Base de cálculo dos dividendos	50.162	39.967
Dividendos mínimos obrigatórios (30%)	15.048	11.990
(-) Juros sobre capital próprio	12.660	8.500
Dividendos anuais propostos	2.388	3.490

Através da Assembleia Geral Ordinária de 28 de fevereiro de 2020, foi deliberado a distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 15.987, referente ao exercício de 2019. **25. Patrimônio líquido ajustado – PLA:** Apresentamos a posição do patrimônio líquido ajustado da Capemisa Seguradora em conformidade com a Resolução CNSP nº 343, de 26.12.2016:

	2019	
	2020	(Reapresentado)
Patrimônio líquido:	341.285	322.046
I- Ajustes contábeis	(96.216)	(54.752)
Participação em soc. financeiras e não financeiras, nacionais ou no ext.	(48.293)	(24.435)
Despesas antecipadas	(4.742)	(2.964)
Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR (*)	(39.217)	(24.790)
Ativos intangíveis	(4.156)	(2.855)
50% dos intangíveis ref. a contratos de ponto de venda, até 15% do CMR (*)	192	292
II- Ajustes associados à variação dos valores econômicos	15.670	16.742
Diferença entre valor de mercado e valor dos ativos financeiros mantidos até o vencimento	82.104	87.219
Redução no TAP referente à diferença de marcação dos ativos vinculados	(82.104)	(87.216)
Superávit de fluxos prêmios/contribuições não registrados apurado no TAP	12.441	13.473
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/contribuições registradas	3.229	3.266
Patrimônio líquido ajustado	260.739	284.036

(*) CMR - Capital Mínimo Requerido

	2019	
	2020	(Reapresentado)
26. Adequação de capital		
Capital base (a)	15.000	15.000
Capital de risco (b)	93.367	95.707
CR subscrição (i)	63.014	64.407
CR crédito (ii)	21.778	22.092
CR operacional (iii)	912	1.127
CR mercado (iv)	35.193	36.287
Patrimônio líquido ajustado	260.739	284.036
Capital mínimo requerido (v) - CMR maior entre (a) e (b)	93.367	95.707
Suficiência de capital - R\$	167.372	188.328

(a) A Resolução CNSP nº 321/2015 de 15 de julho de 2015, alterada pela Resolução CNSP nº 343 de 26 de dezembro de 2016, dispõe que o Capital Base é o montante fixo de capital que a sociedade supervisionada deverá manter, a qualquer tempo; (b) A Resolução CNSP nº 321/2015 de 15 de julho de 2015, alterada pela Resolução CNSP nº 343 de 26 de dezembro de 2016, dispõe que Capital de Risco é o montante variável de capital que a sociedade supervisionada deverá manter, a qualquer tempo, para garantir os riscos inerentes à operação; (i) A Resolução CNSP nº 321/2015 de 15 de julho de 2015, alterada pela Resolução CNSP nº 343 de 26 de dezembro de 2016, dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital de risco de subscrição das operações de seguro e previdência complementar realizadas pelas sociedades seguradoras e entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras locais. (ii) A Resolução CNSP nº 321/2015 de 15 de julho de 2015, alterada pela Resolução CNSP nº 343 de 26 de dezembro de 2016, dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital de risco de subscrição adicional baseado no risco de crédito das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras locais. (iii) A Resolução CNSP nº 321/2015 de 15 de julho de 2015, alterada pela Resolução CNSP nº 343 de 26 de dezembro de 2016, dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital de risco baseado no risco operacional das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras locais. (iv) A Resolução CNSP nº 321/2015 de 15 de julho de 2015, alterada pela Resolução CNSP nº 343 de 26 de dezembro de 2016, dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital de risco baseado no risco operacional das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização

continuação



CAPEMISA Seguradora de Vida e Previdência S/A
CNPJ: 08.602.745/0001-32

f - Resultado financeiro

	2020	2019 (Reapresentado)
Receitas financeiras		
Renda fixa	86.895	87.469
Receitas com empréstimos	25.848	21.311
Atualização monetária depósitos judiciais	2.947	4.906
Receitas financeiras eventuais	31	87
	115.721	113.773
Despesas financeiras		
Provisões técnicas	(66.073)	(57.797)
Juros sobre capital próprio	(14.894)	(8.500)
Renda fixa	(2.190)	(24)
Provisões cíveis, trabalhistas e tributárias	(5.247)	(4.938)
Constituição (reversão) de provisão para riscos de assistência financeira	(2.991)	172
Despesas com perdas de assistência financeira	(646)	(7.557)
Reversão de redução ao valor recuperável e assistência financeira (baixa para perda)	646	7.557
Outras despesas com assistência financeira	(1.225)	(2.871)
Eventuais e outras	(244)	(514)
	(92.864)	(74.472)
Reversão dos juros sobre capital próprio	14.894	8.500
	37.751	47.801

g - Receitas e despesas patrimoniais

	2020	2019 (Reapresentado)
Receitas patrimoniais		
Ajuste de investimentos em controladas	6.303	4.118
Receitas com aluguel	210	201
Dividendos e rendimentos	6	16
Outros investimentos	-	13
	6.519	4.348

Despesas patrimoniais

	2020	2019 (Reapresentado)
Ajuste de investimentos em controladas	(598)	-
Depreciação	(81)	-
Outros investimentos	(10)	-
	(689)	-
	5.830	4.348

h - Ganhos ou perdas com ativos não correntes

	2020	2019 (Reapresentado)
Recuperação de créditos com ação judicial	501	1.165
Resultado de outras operações	2	7
Resultado na alienação de bens do ativo permanente	(40)	(80)
Constituição de redução ao valor recuperável	(190)	(15)
	273	1.077

29. Imposto de Renda e Contribuição Social: O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores registrados como despesas de imposto de renda e de contribuição social, como segue:

	2020		2019 (Reapresentado)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes do IRPJ/CSLL e juros sobre o capital próprio	55.048	55.048	48.972	48.972
(-) Juros sobre o capital próprio	(14.894)	(14.894)	(8.500)	(8.500)
Resultado antes do IRPJ/CSLL	40.154	40.154	40.472	40.472
Adições/exclusões permanentes e temporárias	(9.954)	(12.202)	(18.020)	(17.887)
Lucro real	30.200	27.952	22.452	22.585
Compensação 30%	(9.060)	(8.385)	(6.735)	(6.776)
Base de cálculo	21.140	19.567	15.717	15.809
Alíquota nominal(**)	25%	15%	25%	15%
Impostos às alíquotas pela legislação vigente	5.261	2.935	3.905	2.372

Incentivos fiscais (**)

	2020	2019 (Reapresentado)
(135)	-	(102)
Impostos devidos	5.126	2.935
Impostos apresentados na demonstração do resultado	(1.484)	(762)
Imposto corrente	(5.126)	(2.935)
Imposto diferido	3.642	2.173
Alíquota efetiva	2,70%	1,38%
	8,72%	5,37%

(*) No caso do IRPJ, além dos 15% sobre a base tributável, considera-se 10% sobre a parcela que exceder a R\$ 240 mil por ano, sendo aplicada proporcionalmente em períodos menores (R\$ 20 mil por mês). (**) Dentre os incentivos fiscais disponibilizados pelo governo, a Seguradora aderiu ao Programa Empresa Cidadã, instituído pela Lei nº 11.770/2008 e regulamentado pelo Decreto nº 7.052/2009, Programa de Incentivo ao Esporte, instituído pela Lei nº 11.438/2006 e regulamentado pelo Decreto 6.180/2007, e ainda, Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) instituído pela Lei nº 6.321/1976 e regulamentado pelo Decreto nº 5/1991.

30. Outras Informações. 30.1. Seguros: A cobertura de seguros é determinada segundo a natureza dos riscos dos bens, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas decorrentes de sinistros. Em 31 de dezembro de 2020, a Seguradora mantém contratado seguro empresarial com coberturas de incêndio, inclusive decorrente de tumultos, raio, explosão de qualquer natureza e implosão, vendável e também, responsabilidade de D&O.

31. Comitê de Auditoria: Em consonância com o Capítulo VII da Resolução CNSP Nº 321/2015 e alterações, a Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A optou pela manutenção do Comitê de Auditoria como uma boa prática, após a segmentação do mercado no exercício de 2020, considerando-se ao que compete avaliar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras, em cumprimento as normas e exigências do Órgão Regulador, dos regulamentos, controles internos e dos riscos. O resumo do relatório do Comitê de Auditoria será divulgado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Marcio Augusto Leone Koenigsdorf - Diretor Administrativo - Financeiro

Elda Cristina Cassundé dos Santos Lopes - Contador - CRC - RJ 93.879/O-2

Jorge de Souza Andrade - Diretor - Presidente

Fábio dos Santos Meziat Lessa - Diretor

Rafael Graça do Amaral - Diretor Técnico

Olivia Cristiane Lima Minardi - Atuário - MIBA Nº 1493

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Ao Conselho de Administração da Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S.A.. O Comitê de Auditoria da Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S.A. (Capemisa Seguradora), órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, em atendimento à Resolução CNSP nº 321/2015 e em consonância com a sua competência, atua com autonomia e independência, funcionando como órgão auxiliar, consultivo e sem poder decisório ou atribuições executivas. A nova composição do Comitê de Auditoria da Capemisa Seguradora foi deliberada na Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 25 de agosto de 2020. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de sua atuação de supervisão e monitoramento. **Responsabilidades:** A responsabilidade do Comitê está relacionada com a revisão e o monitoramento, dentro de sua capacidade de supervisão, dos processos de elaboração e publicação de relatórios financeiros, das auditorias independentes contábil e atuarial, bem como da auditoria interna. A Administração é responsável por elaborar e garantir a integridade das demonstrações financeiras, das provisões técnicas, em gerir os riscos, manter sistema efetivo de controles internos e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares aplicáveis. A Auditoria Interna responde pela realização de trabalhos periódicos com foco nos principais riscos a que a Companhia está exposta, avaliando, com independência e objetividade, as ações de gerenciamento desses riscos, a adequação dos controles internos e da governança. A Baker Tilly Brasil RJ Auditores Independentes ("Auditores Contábeis") é responsável pela auditoria das demonstrações financeiras da Capemisa Seguradora. Avalia, também, a adequação (i) dos controles internos inerentes à preparação das demonstrações financeiras; (ii) das práticas contábeis; e (iii) da divulgação de informações nas referidas demonstrações. A Grant Thornton Serviços Atuariais Ltda. ("Auditores Atuariais") é responsável pela auditoria atuarial independente, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. **Principais Atividades:** O Comitê reuniu-se mensalmente, promoveu discussões internas, fez diligências e requisitou relatórios, documentos e informações. Reuniu-se com o Diretor Presidente, com representantes da Diretoria Administrativa e Financeira, da Superintendência de Governança Corporativa e da Auditoria Interna. As atividades desenvolvidas, registradas em atas, cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas ao órgão e estão adiante sintetizadas. Em suas reuniões, o Comitê abordou, em especial, os seguintes assuntos: demonstrações financeiras; controles internos e compliance; provisões técnicas; tecnologia e segurança da informação; LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados); demandas judiciais; partes relacionadas; regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária; canal de denúncias e fiscalizações; indicadores da Controladoria; auditorias independentes contábil e atuarial; auditoria interna; acompanhamento das recomendações oriundas de áreas internas

e de entidades externas. Nas situações em que identificou oportunidades de aprimoramentos, as discutiu com a administração da Capemisa Seguradora. O comitê de auditoria não identificou qualquer recomendação relevante que precisasse ser comunicada à Presidência. Manteve diálogo com a auditoria interna, com as auditorias independentes contábil e atuarial, apreciou seu planejamento e acompanhou sua execução, bem como tomou conhecimento dos resultados dos principais trabalhos, suas conclusões e recomendações. Revisou as demonstrações financeiras, inclusive as notas explicativas, o relatório da Administração, o relatório dos Auditores Atuariais e o relatório dos Auditores Contábeis sobre as demonstrações financeiras, com os quais discutiram conclusões e apontamentos. **Conclusões:** Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria considera que: - O sistema de controles internos da Companhia é adequado ao porte e à complexidade dos negócios e vem merecendo a atenção permanente da Administração; - A auditoria interna é efetiva e desempenha suas funções com independência e objetividade. A unidade encontra-se em processo de evolução e consolidação; - As auditorias independentes contábil e atuarial são efetivas e seus relatórios apoiam a opinião do Comitê sobre a integridade das demonstrações financeiras; - O relatório dos Auditores Atuariais opina que as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos de capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise da solvência e dos limites de retenção da Capemisa Seguradora em 31 de dezembro de 2020 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA; e - O relatório dos Auditores Contábeis opina que as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020, apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Capemisa Seguradora, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). O Comitê concluiu que as demonstrações financeiras estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, à legislação em vigor e às normas e instruções da SUSEP; que não há evidências de que os sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos não estejam estruturados para propiciar o adequado registro e controle das operações, bem como a observância dos dispositivos legais, regulatórios e normativos internos. Desta forma, recomendamos ao Conselho de Administração à aprovação das Demonstrações Financeiras da Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2020.

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2021

Membros do Comitê de Auditoria: Anderson Mascoto Peixoto - André Rocha Mahmoud - Valdinei Donizete Silva

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração e Acionistas da CAPEMISA Seguradora de Vida e Previdência S.A. Rio de Janeiro - RJ. **Escopo da Auditoria:** Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção da CAPEMISA Seguradora de Vida e Previdência S.A., em 31 de dezembro de 2020, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da Sociedade, como previsto no Pronunciamento aplicável a auditoria atuarial independente. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da CAPEMISA Seguradora de Vida e Previdência é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Atuários Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no tópico "Escopo da Auditoria", com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da CAPEMISA

Seguradora de Vida e Previdência S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção da CAPEMISA Seguradora de Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2020 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. **Outros Assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela CAPEMISA Seguradora de Vida e Previdência S.A. e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes. São Paulo, 28 de Janeiro de 2021

Grant Thornton

Grant Thornton Serviços Atuariais Ltda.
CNPJ: 33.950.548/0001-51
CIBA Nº 161

ELMO HENRIQUE DE MORAES
Atuário MIBA 2040

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S.A. Rio de Janeiro - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S.A. ("Seguradora") em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfases. Representação de valores correspondentes:** Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2.2.1 às demonstrações financeiras, que em decorrência de mudança de prática contábil, os valores correspondentes aos saldos iniciais do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2019 (derivada das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018) e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, bem como as demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBCGT 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos determinados pelo Órgão como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a

administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2021

bakertilly

Baker Tilly Brasil RJ Auditores Independentes
CRC-RJ 005.333/O-0
Paulo Ricardo Pinto Alaniz
Contador - CRC-RS 042460/O

Diário Comercial
a certeza do melhor
custo-benefício
e agilidade
no atendimento.



Diário Comercial

- Atas
- Avisos
- Balancos
- Comunicados
- Editais
- Fatos Relevantes